

IMPrensa PORTUGUESA

Em termos de noticiário factual, a greve dos médicos e incidentes violentos na zona da Reforma Agrária tornaram frequentemente os primeiros lugares nos cabeçalhos. O entendimento entre os dois principais partidos da Aliança Democrática revela-se pouco sólido, com o CDS acusando o PSD de hegemonismo e segundas intenções em relação ao PS. Continua viva a "questão religiosa" a respeito do Governo de M. Lurdes Pintasilgo.

1. CONFLITOS EM FOCO - A questão do Estatuto do Médico, que evolui para uma espécie de confronto directo entre a Ordem dos Médicos e o Presidente da República. Incidentes graves em Casabres e em Avis. A questão da intervenção nos Vinhos Borges.

2. OS PARTIDOS E AS ELEIÇÕES - PSD e CDS vão separados, com o FPM ligado a um ou a outro; PSD acusado de guardar triunfos pouco claros; "A Rua" confessa perplexidade, dividida entre uma sua recente aproximação à Aliança e as bases de extrema-direita. Especulações e notícias diversas sobre o "novo partido".

3. O GOVERNO E O PRESIDENTE - A "questão religiosa" é uma das áreas em que se trava a discussão sobre o V Governo; ataques de direita ao Presidente.

IMPrensa ESTRANGEIRA

De um modo geral, a imprensa afecta aos quadrantes mais conservadores e moderados, não comentou, no decurso da última semana, a situação portuguesa.

Os títulos afectos ao Centro-Esquerda e Esquerda (incluindo mesmo a Esquerda Radical) preocuparam-se a noticiar o quotidiano político e a analisar os últimos acontecimentos. Uma possível explicação interpretativa do silêncio dos comentaristas que habitualmente mais escrevem sobre Portugal, poderá residir na hipótese de um futuro encontro do Primeiro Ministro com o Papa, aquando da sua ventilada presença na ONU.

A deslocação de Mário Soares à Nicarágua, integrando a delegação da Internacional Socialista, fará objecto da próxima análise deste Departamen

Co.
SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Documento recebido em 17 Jun 1979

Distribuído em 17 Jun 1979 através

do envelope n.º 17.AGO.79 00119

para a reunião ordinária de _____



1. CONFLITOS EM FOCO

A questão do Estatuto do Médico foi seguida com relevo pela generalidade dos jornais, sobretudo a partir do momento em que a greve é declarada. Os comunicados de um lado e de outro definem o conflito em termos da Ordem dos Médicos contra a Presidência da República, e a Imprensa segue o mesmo caminho, repartindo-se em dois campos.

Assim, jornais como "O Dia" e "Correio da Manhã" associam o Governo e o Presidente como responsáveis pelo conflito (exemplos de títulos na qui.9) : "PINTASILGO PEDE A EANES A DEVOLUÇÃO SEM PROMULGAÇÃO DO FAMILIARIZADO ESTATUTO DO MÉDICO" ; "PINTASILGO REVÊ LEIS NOTA PINTO" ; "BELEM CEDE AS OPÇÕES MARXISTAS DO 'SEU' GABINETE LURDES PINTASILGO".

No mesmo dia 9, "O Diário" e o "Diário de Lisboa" titulam : "DIRIGENTES DA ORDEM DOS MÉDICOS INSISTEM NA DESESTABILIZAÇÃO" e "EANES NÃO SATISFAZ PATRÕES DA MEDICINA".

A Imprensa mais recente fala da aprovação, com algumas alterações, do Estatuto, a que falta agora a promulgação. A greve mantém-se.

Agravamento de tensões a propósito da Reforma Agrária, com a CAP acusando o Governo de "cedência às pressões do PCP". Incidentes graves em Alcácer do Sal, no dia 8, proporcionam um tratamento pela Imprensa muito semelhante ao verificado na questão dos médicos. Consoante os jornais, os títulos definem situações agressor/agredido opostas : (dia 9)

"GNR E AGRÁRIOS ATIRAM SOBRE TRABALHADORES EM CASEBRES" e "GNR DISPARA CONTRA TRABALHADORES" ("O Diário" e "D.Lisboa") ; "PEDRAS E MACHADOS CONTRA A GNR" ("J.Novo" de 9) e "SARGENTO DA GNR AGREDIDO A MACHADADA" ("O Dia" de 10).

Jornais mais recentes, em especial "Correio da Manhã" e o "Tempo", dão muito destaque à situação em Avis, que este semanário descreve como o "último baluarte".

Pode ser mencionado neste ponto, embora tenha também a ver com a "questão religiosa" referida no último, o artigo de 3ª pág. do "Diário" de hoje, qui.16, intitulado "O VATICANO DEFENDE OS PRINCÍPIOS DA REFORMA AGRÁRIA" ; com fotografia de João Paulo II, o texto cita declarações do delegado do Vaticano à recente conferência da FAO sobre Reforma Agrária.

A propósito dos Vinhos Borges, o "D.Lisboa" de qua.8 dizia em título de 1ª pág. - "GOVERNO PODE IMPEDIR A FRAUDE", referindo-se a um acordo secreto favorecendo uma parte dos accionistas Quinas ; o "J.Novo" de sex. 10 trata com semelhante relevo uma declaração da Com.Trabalhadores da empresa, contra a decisão governamental, entretanto tomada, de prolongar mais um mês a intervenção.



2. OS PARTIDOS E AS ELEIÇÕES

O desenvolvimento será, aqui, menor, na medida em que nos recortes fotocopiados segue o material mais significativo. O ponto da situação :

ALIANÇA DEMOCRÁTICA -- uma história acidentada conduz a um equilíbrio precário : Listas separadas PSD e CDS, com o PPM alinhando com um ou com outro ; "O Dia" de sáb.11 força a nota minimizando os custos, dizendo em título principal que os "partidos democráticos consolidam unidade da Aliança", mas dirigentes do CDS não escondem, em artigos e entrevistas, o seu ressentimento e acusações ao PSD, que estaria a jogar ao mesmo tempo com a Aliança, com "personalidades" da área dos "reformadores" e deixando ainda a porta aberta para eventuais acordos com o PS, se os resultados das eleições lhe dessem a importância desejada. Pareceu-nos importante incluir entre os recortes uma parte das especulações surgidas neste terreno.

A constituição do MIRN em partido e a notícia de um eventual bloco com o PDC (mais tarde desmentido por Kaulza) causam perplexidade na "Rua", que reconhece, em artigo do dia 9, sentir-se estrangulada entre a sua recente aproximação à Aliança (traída pela "gula imponderada pelo poder" do PSD) e a apropriação do título de "Direita", que reclama para si, feita "abusivamente" pelo MIRN. Admite mesmo a hipótese de suspender a publicação.

"ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA" -- prolonga-se uma situação de crise na UDP, não estando definida a constituição de uma frente de "Unidade Popular" ; esta é, entretanto, combatida pelo PCP.

3. O GOVERNO E O PRESIDENTE

O Presidente tem sido objecto de ataques muito vivos por parte de comentadores em jornais de direita. Dos dirigentes partidários, Sá Carneiro dedica-lhe o editorial do "Povo Livre" de 8 AGO., definindo a "essência do actual regime" como a existência do poder político-militar e desafiando o General Ramalho Eanes a deixar o cargo de CEMGFA.

Mantém-se muito viva, por parte da Imprensa de direita, uma contestação do Governo em termos de denúncia da sua imagem cristã, a qual, segundo confessa Manuel de Portugal no "Tempo" de hoje, 16, instala no seio dos católicos o "cisma" ; o título deste artigo é "Quem cala consente", e tanto ele como um comentador da "Rua" desafiam o Episcopado a quebrar o silêncio quanto ao Governo. Há notícias de uma eventual audiência do Papa a M.Lurdes Pintasilgo.



IMPrensa ESTRANGEIRA : DE 31/7 a 8/8/79

O aspecto mais interessante que caracteriza, do ponto de vista informativo, o período em epígrafe, verifica-se por omissão. Isto é : torna-se sem dúvida surpreendente que, após um largo surto noticioso, a imprensa oriunda dos quadrantes conservadores se tenha remetido ao mais completo silêncio, relativamente ao evoluir do processo político português. De facto, a extensas análises e detalhados comentários (transcritos na anterior recensão), sucede-se o vazio noticioso. Assim, os comentaristas que anteriormente haviam, primeiro noticiado e em seguida movido uma campanha de certa violência contra M.L. Pintassilgo e contra o seu Gabinete, deixam agora "passar em claro", surpreendentemente, aspectos e posições que habitualmente comentariam. Na realidade, sobre tudo os jornais de expressão francesa, sempre tão disponíveis para comentar o nosso quotidiano político, não inseriram palavra no decurso da semana em análise.

Presumivelmente conservarão uma atitude de expectativa, talvez atendendo a um facto que poderá teoricamente vir determinar uma "mudança de registo" no teor dos seus comentários se se atender aos seguintes parágrafos escritos no dia 8 do corrente em LE MATIN, por JOELLE KUNTZ :

"O erro dos revolucionários de 1974 consistiu em não se terem conciliado com a Igreja. Eis que tal situação aparece agora reparada. Maria de Lurdes Pintasilgo entende estar presente na ONU em Outubro, a fim de se encontrar com o Papa arrebatando deste modo aos partidos sociais-democratas e centristas, o benefício dos favores do Clero. Se, há quatro anos, era dentro dos Estados-Maiores militares que as diversas forças se acoto



velavam para fazer ouvir a sua causa e obter apoio, agora é diante da porta do Patriarca de Lisboa que se "faz bicha".

(...)

Mas se os títulos de direita são omissos, quanto aos últimos acontecimentos políticos nacionais, outro tanto se não poderá dizer dos jornais de Esquerda/Centro-Esquerda, que comentam com certa acuidade e certo detalhe o presente contexto.

Assim, por exemplo, o quotidiano EL PAIS de 31/7, 1 e 12/8, publica várias notícias e comentários, quer sobre o novo Governo (que "não teme afrontar a possível agitação social, após a publicação de novas medidas de austeridade") quer sobre aspectos a que atribua menor relevo como é o caso da "periclitante Aliança Democrática". Por seu turno, LE MONDE veicula uma série de pequenas notícias, nomeadamente sobre a formação do novo "partido de Direita," etc. O CORRIERE DELLA SERA faz outro tanto, sem entrar em pormenores, enquanto o hebdomatário TÊMOIGNAGE CHRÉTIEN insere uma interessante análise em que se aflora "o aparecimento de uma nova Esquerda socialista, da qual M.L. Pintasilgo é uma legítima representante". (6 a 12/8/79). Pelo interesse de que esta análise se reveste, da mesma será distribuída uma tradução textual. Os próprios títulos afectos à Esquerda Radical, dedicam alguns comentários à situação portuguesa, nomeadamente quanto à possível "formação de uma frente radical" que se oporá não só "à frente de Direita, AD, como ainda ao reformismo do PS e do PC.

Uma outra linha informativa, de que se falará em pormenor na próxima recensão, diz respeito à deslocação de Mário Soares à Nicarágua, integrando a "embaixada" da Internacional Socialista.



SECRETÁRIO PERMANENTE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rus

O programa da devolução de terras aprovado por Eanes

As entregas de reservas na zona de intervenção da reforma agrária («ZIRA») estão interrompidas desde o passado dia 6 do corrente. Portavozes dos Ministérios da Agricultura e Pescas e da Administração Interna do actual Executivo anunciaram já que estas entregas, ao contrário do que chegou a ser noticiado, não foram suspensas. Simplesmente, não há conhecimento de que tenha sido entregue mais nenhuma depois da data referida acima e que coincidia com o termo do planeamento estabelecido pela anterior equipa do MAP para restabelecer a legalidade na «ZIRA», através da aplicação da legislação em vigor, até princípios de Novembro.

O planeamento feito fazia parte de um programa de aplicação integral da reforma agrária, elaborado de acordo com as preocupações expressas pelo Presidente da República à equipa do MAP do Governo Mota Pinto, de que era responsável o prof. Vaz Portugal e o qual mereceu a incondicional aprovação de Ramalho Eanes — aprovação que, por mais de uma vez, anunciou publicamente.

Para lá do planeamento feito até dia 6, Vaz Portugal e João Goulão, este secretário de Estado da Estruturação Agrária, deixaram completamente prontos para entregas de reservas, com requisições enviadas à GNR, mais 92 casos, num total de 26 000 hectares, além de 32 outros casos, a que faltava apenas o envio de requisições à GNR. Não se entende, pois, como se justifica esta paragem no prosseguimento da aplicação do programa aprovado pelo Presidente da República, dado que há mais de cem processos completamente prontos, designadamente no distrito de Portalegre. Neste distrito, e de acordo com o parecer emitido por Ramalho Eanes de que havia que activar simultaneamente as entregas em grandes áreas para obstar a que o PCP pudesse mobilizar grandes massas, falta apenas concretizar a entrega de quarenta casos, já totalmente despachados, cumpridas todas as formalidades legais, para que se concluisse a limitação definitiva do sector colectivo e do sector privado na região — objectivo definido no programa e que era outra das preocupações expressas pelo general Eanes.

A delimitação rigorosa do sector colectivo e do sector privado na zona

de intervenção da reforma agrária ficaria concluída até princípios de Novembro. Por isso se intensificaram as entregas de reservas, ou seja, a aplicação integral da «Lei Barreto».

No 1.º Governo constitucional as áreas entregues alcançaram uma média de 1198 hectares por semana. No 2.º Governo, em que na equipa do MAP estiveram Luis Saias e António Campos, essa média baixou para 645 hectares/semana. No 3.º Governo, com Vaz Portugal e Ferreira do Amaral no MAP, as entregas foram de 1838 hectares/semana. No 4.º Governo, continuando Vaz Portugal no MAP e, mais tarde, sendo substituído Ferreira do Amaral por João Goulão, o ritmo de entregas subiu para 3373 hectares/semana.

Pormenorizando um pouco mais, poderemos referir que enquanto Ferreira do Amaral esteve no 4.º Governo, de 22 de Novembro do ano passado a 2 de Abril último foi entregue uma área total de 2847 hectares, e durante a vigência de João Goulão, de 12 de Abril a 31 de Julho últimos, esse total foi de 3794 hectares.

Tempo

15. Agosto. 1979

CAP INTENSIFICA REUNIÕES DE ALERTA PARA ACTUAL SITUAÇÃO

Apesar do período de férias que se atravessa, a direcção da CAP — Confederação dos Agricultores de Portugal, vai incentivar a realização de reuniões de agricultores, principalmente na zona de intervenção da reforma agrária. A CAP considera que é muito grave a situação presente, dado que este Governo está a permitir uma reactivação da ofensiva comunista contra a legalidade democrática, pondo em causa a estabilidade e a segurança nas empresas agrícolas. Isto, em sua opinião, condicionará a produtividade da agricultura da região abrangida pela zona de intervenção, com o inevitável reflexo nas relações sociais.

Os agricultores consideram ser inaceitável que no Alentejo se acentue de novo o controlo do PCP. Para alertar acerca da actual situação, está programada a realização de reuniões em todo o País, designadamente em Beja, Portalegre, Évora, Santarém, Coruche, Alcácer do Sal — estas nos primeiros dias de Setembro, numa demonstração clara de que os agricultores da zona de intervenção não estão dispostos a renderem-se novamente sem defenderem os seus direitos.



MIRN-PARTIDO E PDC VÃO CONSTITUIR BLOCO ELEITORAL

Só ganhará com isso a maioria de esquerda

Do ponto de vista da Direita, o acontecimento, mais importante da semana foi, certamente, a legalização do MIRN como partido e o anúncio informal da constituição dum bloco MIRN-PDC-Independentes de Direita, dispostos a concorrer às próximas eleições intercalares.

Fundou-se o MIRN a seguir à chegada de Ramalho Eanes a Belém com dois propósitos bem definidos:— unir num único movimento todas as forças antimarxistas e abrir caminho para a candidatura do gen. Kaúlza de Arriaga à Presidência da República, apoiada no PSD, no CDS e na Direita disseminada, inorganizada e abstencionista.

Nenhum desses dois objectivos foi alcançado:— procurando desligar-se da extrema-direita o PSD e o CDS, acusando falsamente o MIRN de extremista, recusaram sempre o namoro que Kaúlza lhes fazia; sem conseguir atrair para si as mais proeminentes personalidades da Direita (Adriano Moreira e Franco Nogueira, principalmente) não conseguiu o antigo secretário de Estado de Salazar reunir à sua volta os apoios necessários para se candidatar à Presidência com alguma viabilidade.

A transformação do MIRN em partido é, de certa maneira, a confissão implícita desses dois fracassos, recusando o centrismo como inadequado e, apoiando virtualmente a candidatura de Franco Nogueira, desistindo-se da candidatura a K.

Assumindo-se como Direita Democrática Social, mas sem explicitar concretamente as suas bases programáticas, o MIRN considera-

-se antiparlamentarista e presidencialista. Como não se sabe o que é a Direita Democrática Social, nem se enformam doutrinarmente o antiparlamentarismo e o presidencialismo, fica-se na inorganica do que é o MIRN para além da personalidade do gen. Kaúlza de Arriaga, cujo pensamento político se desconhece.

Já aqui tivemos ocasião de expor as nossas dúvidas quanto a alguns pontos do chamado projecto MIRN, porque nos não chega um programa apenas antimarxista. Muito mais do que se não quer, precisamos de saber o que se quer para poder distinguir. Engalanando-se com o título de Partido da Direita Portuguesa o MIRN comete um abuso porque a Direita somos nós em termos doutrinares muito claros — e não pertencemos ao MIRN. Direita é Franco Nogueira — e não o vemos filiado no MIRN. Direita são Francisco Lucas Pires e Ruy d'Oliveira — e estão no CDS.

Perdeu tempo o gen. Kaúlza de Arriaga ao tentar em vão situar sob a sua égide o PSD e o CDS. Perdeu tempo ao procurar ser o candidato presidencial indiscutível das forças antimarxistas. No momento em que a Direita vê algumas possibilidades de encarar o CDS como grande partido do Centro-Direita, chega ele intempestivamente ao terreno para entrar por um espaço político já ocupado.

Não quer o MIRN com o seu civilizadismo ocupar a posição ainda agora vaga dum partido da extrema-direita. Sendo assim tem de lutar contra o CDS, descurando o inimigo principal. Parte para as eleições o MIRN ar-

mado contra o centrismo e o marxismo. Vai, evidentemente, dividir o eleitorado. Analisada esta tática com a de Maria de Lurdes Pintasilgo buscando afastar os católicos da Aliança Democrática, bem se pode dizer que Kaúlza se alia objectivamente à maioria de esquerda para diminuir a frente eleitoral constituída pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM.

Já agora não interessa apurar se no diferendo que afastou o MIRN da Aliança Democrática foi Kaúlza quem teve razão ou se foram Sá Carneiro e Freitas do Amaral. Em última análise tem de se tirar a conclusão de que o MIRN chega sempre atrasado e em condições de prejudicar perigosamente os interesses das forças antimarxistas.

O mesmo com o PDC:— saído Sanches Osório, deixou de haver no Partido da Democracia Cristã quem pudesse representar a Direita; não quer o PDC, como o MIRN, ocupar o espaço pertencente à Extrema-Direita. Concorrendo no mesmo espaço do CDS, fortalece as forças "maioria de esquerda" e enfraquece as da Aliança Democrática.

É utópico pensar que (exactamente como o MIRN) se juntarão ao PDC quaisquer votos de abstencionistas, fora do espaço político da Aliança Democrática. Face ao eleitorado (e mesmo que historicamente o não seja) o PDC surge como uma cisão na Democracia-Cristã — os esforços da união (e não de fusão) que aqui se envidaram para o colmatar, tomaram-se inúteis, tanto que, não conseguindo chegar a acordo com a AD, o Partido da Demo-

cracia-Cristã parte para as eleições, concorrendo com outro partido democrata cristão.

Dizem-nos elementos responsáveis do PDC que está formado um acordo do Bloco Eleitoral entre, o MIRN e o PDC e que, no próximo sufrágio, vão aparecer listas conjuntas dos dois partidos e de independentes da Direita. O grande animador desta frente é Luís Arouca que foi quem ferrotou Sanches Osório na sua luta interior no PDC. Ensanduchado entre o catolicismo político da eng.^a Pintasilgo e o direitismo formal deste Bloco, a Aliança Democrática vê certamente diminuídas as suas possibilidades eleitorais. As dezenas de milhares de votos que o Bloco pode arranjar são suficientes, pelo método de Hondt, para lhe tirar meia dúzia de deputados, sem conseguir eleger nenhum. Assim aconteceu em 1976; assim vai acontecer agora. Virando-se contra a partidarocracia o Bloco age em termos especificamente partidocráticos — e favorece as forças marxistas que arruinaram o país.

Para além do que é pessoal não se percebe muito bem o que, neste momento, pretendem o MIRN e o PDC. A satisfação da esquerda perante o anúncio do Bloco, chega-nos e sobejamos para nos pôr de pé atrás.

Em relação a isto, a posição de "a Rua", torna-se muito delicada. Apoiando a Aliança Democrática vamos prejudicar o Bloco que se diz da Direita; apoiando o Bloco vamos favorecer a "maioria de esquerda". Não será melhor suspendermos?

TEMPO 9 Aço 79

«A RUA» — O polémico semanário «A Rua», de que é director Manuel Múrias, está na iminência de fechar. Ao que nos afirmam fontes próximas daquele jornal, neste momento, não por motivos financeiros, mas por motivos políticos, «A Rua» irá suspender definitivamente a sua publicação quando começar a campanha eleitoral.



PARTIDO PRESIDENCIAL ESBOÇA-SE MAS AFASTANDO-SE DO PRESIDENTE

— BIPOLARIZAÇÃO DEFENDIDA EMBORA
«NÃO EXCESSIVAMENTE»

Uma «declaração de princípios» subscrita por personalidades que será divulgada em duas partes, a primeira em Setembro, poderá constituir o embrião do chamado partido presidencial que na actual conjuntura, aparecerá assumindo paradoxalmente um papel de crítica a Ramalho Eanes. Eventualmente, a nova força política, poderia vir a apoiar a «Aliança Democrática» pretendendo com esta atitude, evitar a vitória eleitoral da maioria de esquerda.

O grupo em formação, é o resultado de reuniões entre conhecidas figuras políticas, muitas das quais se tem vindo a realizar na residência de Francisco Sousa Tavares, um dissidente do PS que dirige o vespertino «A Capital». Entre os nomes, mais citados contam-se os de Medeiros Ferreira, António Barreto, Henrique Granadeiro e José Manuel Casqueiro prevendo-se a aproximação de outros, não menos conhecidos, caso de Vitor Cunha Rego, Barbosa de Melo, Rui Machete, Nobre da

Costa, Mota Pinto, Proença do Carvalho, Alvaro Barreto, Mário Mesquita, Eusébio Carvalho e Santos Martins.

A «Declaração de Princípios», segundo os observadores, contemplará temas como a integração europeia, política externa, soluções políticas e sociais a nível interno e outros problemas actuais. A nova força faz questão em demarcar-se da posição do Presidente da República, principalmente depois da escolha de Maria de Lourdes Pintasilgo para chefe do governo. No entanto, os observadores políticos pensam que nos bastidores algumas personalidades mais ligadas a Ramalho Eanes poderiam actuar como elo de ligação à estratégia presidencial.

Por outro lado o aparecimento desta nova força poderia criar uma situação difícil para Ramalho Eanes, que poderia oscilar sem saber quem apoiar, principalmente depois da aposta que fez na figura de Maria de Lourdes Pintasilgo.

MAIS PROGRAMÁTICO QUE PRAGMÁTICO

Uma conhecida figura da cena política que tem participado nas reuniões (em Rio Maior e na residência de Sousa Tavares) confidenciou-nos que a «Declaração de princípios» que está a ser elaborada pelos «moderados» é mais programática que pragmática. Ali se defendem as relações de Portugal com os países da CEE e de expressão portuguesa.

Um dos pontos salientes defendidos pela tese dos «moderados» é a economia de mercado. O mesmo porta-voz de-

fendeu que a nova força não é apologeta de uma bipolarização excessiva da sociedade portuguesa, donde se infere que esta tese, que poucos têm a coragem de abertamente assumir, não é alheia aos designados por «moderados».

NÃO AO PSD

Por outro lado, os esforços que estão a ser desenvolvidos pelo Partido Social-Democrata no sentido de que algumas personalidades independentes sejam incluídas nas listas daquele partido, não tem encontrado eco junto dos «moderados».

Outro informador disse-nos que a «Aliança Democrática» tinha concretizado o convite a personalidades independentes e desvinculadas recentemente das áreas do PSD e do PS. No entanto, os «moderados» pensam que a ser considerada essa hipótese, que não se vislumbra muito viável, teria como base uma deliberação comum e de certa expressão numérica.

QUARTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 1979 A CAPITAL

Uma interrogação

Por outro lado, uma individualidade ligada à Aliança Democrática recusou-se a entrar em pormenores sobre o problema das listas separadas e resolveu fornecer-nos uma interrogação significativa: «O objectivo é derrotar a maioria de esquerda ou fazer que o P. S. D. seja o maior partido à custa dos outros?»

Aquela mesma fonte terminou por afirmar: «A forma mais eficaz de atingir a finalidade — derrotar da maioria de esquerda e edificação de uma nova maioria — seriam as listas conjuntas. Acreditado que a existência de tais listas corresponde à vontade da maioria do eleitorado dos três partidos.»

Seja como for, prosseguiu a operação de «charme» dos sociais-democratas e dos centristas. Assim, o C. D. S. estaria particularmente interessado em atrair, entre outros, Mota Pinto, Proença do Carvalho e Barbosa de Melo. Por seu turno, o P. S. D. «namora» Medeiros Ferreira, António Barreto, Francisco de Sousa Tavares, Alvaro Barreto e outros.

A tática do «roer de franjas» não faria sentido no caso de listas conjuntas. Mas os dados estão lançados para as listas separadas, projecto que incluirá, necessariamente, um pacto de não agressão entre os três partidos. Se na altura forem mesmo três.

CM 8.8.79

«MODERADOS»

A notícia publicada na nossa edição de ontem sob o título «Moderados preparam Declaração de Princípios» suscitou da parte de Mário Mesquita a nota que publicamos a seguir.

«Em relação a uma notícia publicada na edição de hoje (ontem) do «Correio da Manhã» onde o meu nome é referido, desejo esclarecer que, em nenhuma circunstância, o Senhor Presidente da República pretendeu obter o meu apoio para a formação dum novo partido político de cariz presidencialista.

«Aproveito aliás para sublinhar que, após haver renunciado ao cargo de deputado à Assembleia da República, em Outubro de 1978, a minha intervenção política se tem circunscrito às actividades relacionadas com o exercício da profissão de jornalista.»

A QUESTÃO DOS INDEPENDENTES

Ao argumento oficial do PSD para explicar a recusa das listas conjuntas, têm alguns sectores próximos do PPM contraposto uma tese diferente.

O assunto terá sido discutido em reunião particularmente viva do Directório do PPM, realizada na passada segunda-feira à noite.

Com efeito, esses sectores monárquicos afirmam que o verdadeiro motivo para a falta de empenhamento da Direcção Nacional do PSD na defesa das vantagens políticas e eleitorais das listas conjuntas se deve, fundamentalmente, às negociações que, entretanto, têm ocorrido entre um grupo de personalidades independentes ou que abandonaram o PS e o PSD e este último partido.

O elemento de ligação entre esse grupo e a Direcção do PSD tem sido o dr. Francisco Sousa Tavares. Ontem mesmo, o vespertino «A Capital», de que é director, divulgava a lista das personalidades desse grupo, que estão constituídas em Comissão de Redacção de uma conjunta «Declaração de Princípios».

Essa Comissão é constituída por Medeiros Ferreira, Mário Pinto, José Manuel Casqueiro, Henrique Granadeiro, Manuel Lucena, Proença do Carvalho e Nuno Godinho de Matos, além de F. Sousa Tavares.



Publicação Guardar o Futuro

O objectivo do grupo seria o de apoiar a «Aliança Democrática» e o seu projecto de formação de um novo poder político em Portugal.

Nesse grupo, existem personalidades claramente favoráveis à tese das listas conjuntas, como por exemplo José Manuel Casqueiro, secretário-geral da CAP. Ao que parece, no entanto, outras personalidades seriam favoráveis à existência de listas separadas, apontando-se o nome de Medeiros Ferreira como um dos adeptos dessa tese.

Os referidos círculos monárquicos atribuem às relações entre esta segunda corrente e o PSD o facto dos dirigentes sociais-democratas não se mostrarem mais empenhados nas listas conjuntas.

Entretanto, o referido grupo de independentes não tomou ainda qualquer deliberação definitiva sobre a possibilidade de alguns dos seus membros virem a integrar listas da «Aliança».

No caso disso acontecer, admite-se que alguns dos subscritores da mencionada «Declaração de Princípios» possam aceitar convites para integrar listas do PSD, enquanto outros procederiam da mesma forma em relação ao CDS.

Novo movimento político surgirá em Setembro

"O JORNAL"
10 AGO. 79

Vai aparecer, em Setembro próximo, uma nova associação política cujo posicionamento no actual xadrez nacional será muito próximo da UEDS, BASE-FUT e RAS (Reflexão e Acção Socialista). Trata-se do Centro de Estudos Socialistas (CES) que se tem estado a organizar em torno dos ex-IS que não se filiaram no PS e em individualidades de esquerda sem partido.

A nova associação, terá como objectivo estatutário contribuir para a definição e concretização de um projecto de transição para o socialismo, atentos os diversos modelos e o diálogo entre a pluralidade das forças sociais e políticas, nas condições concretas da sociedade portuguesa.

Neste contexto o CES deseja

manter relações privilegiadas com a BASE-FUT e RAS (movimento de intervenção com alguma influência na cidade do Porto) e a UEDS, embora em relação a este último movimento, o CES considere que falhou na sua intervenção cultural, social e ideológica, tendo apostado antes nos «jogos superestruturais de partido».

É assim que o CES tenciona intervir em sectores como a autogestão, o cooperativismo e as organizações populares de base. A intervenção política poderá surgir mais tarde de uma forma federada com outras organizações, eventualmente mesmo em eleições legislativas. Consideram desta maneira que a nível eleitoral «há todo o interesse no nascimento de uma nova força

de esquerda, já que esta não se identifica e não se esgota com o PS e o PCP».

A primeira intervenção do CES será a organização em Setembro-Outubro de um colóquio subordinado ao tema «Que Modelo Económico. Que Instituições?» (em colaboração com o RAS), o qual será seguido de um outro, com especialistas estrangeiros nomeadamente franceses, que abordará a questão da «Transição para o socialismo — o caso português».

De entre os fundadores do CES contam-se os nomes de António Fonseca Ferreira, João Quintela, Maria João Seixas, Carlos Araújo Sequeira, João Pitschieller, Francisco Silva Alves e António Lemos Cardoso.

PSD contacta personalidades moderadas o «alvo» principal

10.8.79 Cm

O Partido Social Democrata (PSD), através de Francisco Sá Carneiro, está a efectuar contactos no sentido de conseguir que diversas personalidades moderadas com relevância na vida política nacional aceitem candidatar-se às intercalares como independentes nas listas daquele partido.

Com efeito, fonte que consideramos de absoluta segurança garantiu-nos que Sá Carneiro contactara já, ou viria ainda a contactar, Medeiros Ferreira, António Barreto, Francisco Sousa Tavares, José Manuel Casqueiro, Pires Velozo, Cunha Rego, Alvaro Barreto, Vaz Portugal, Proença de Carvalho e Eusébio de Carvalho, entre outros.

Segundo a nossa fonte os contactos efectuados por Francisco Sá Carneiro — que aparecem na sequência de estar já afastada a hipótese de a Aliança Democrática se apresentar ao

eleitorado com listas conjuntas — estariam a obter receptividade, muito embora não tivessem ainda sido formalizadas decisões.

Entretanto, o CDS parece estar, segundo a nossa fonte, mais atrasado nesses contactos, embora também já tenha efectuado alguns. Sem desmentirem que tais contactos se tenham efectivamente realizado, por parte do CDS, fontes centristas afirmaram não terem ainda qualquer informação a dar sobre o assunto.

De notar que a maioria das personalidades em foco, estão ligadas, ou admite-se que venham a estar como subscritoras, a «Declaração de Princípios» que, conforme «Correio da Manhã» noticiou em primeira mão, está a ser elaborada — foi já marcada nova reunião dos dinamizadores do documento — devendo ser divulgada ainda este mês.

PROENÇA DE CARVALHO E A NOVA FORMAÇÃO POLÍTICA

11.8.79 Cm

Em declarações prestadas ao «Diário de Notícias», o anterior ministro da Comunicação Social, Proença de Carvalho, julga não ser possível nem desejável, nesta fase, o aparecimento de uma nova formação política a concorrer às eleições de Novembro.

Segundo Proença de Carvalho, «constituir um pequeno partido para se colocar no espectro político entre os dois maiores é um projecto sem grandeza que nem terá, porventura, espaço que mereça o empenhamento nas eleições, além de que poderia vir a prejudicar algumas das forças em presença».

Expresso • 11 - AGOSTO

PSD «paga» mais por Barreto

FRANCISCO SÁ CARNEIRO avistou-se na manhã de quinta-feira, na sua residência, com António Barreto e Medeiros Ferreira para em comum, chegarem a um acordo, quanto a uma possível inserção de alguns elementos dos «Reformadores» nas listas do PSD.

Os «Reformadores» terão referido a sua intenção de nelas inserir pelo menos doze candidatos. No entanto, Sá Carneiro, após ouvir os nomes adiantados por Medeiros Ferreira e Barreto, terá concluído que essa lista incluía apenas uma ou duas personalidades de inegável prestígio nacional, sendo as restantes figuras mais obscuras e de menor relevo na vida nacional.

Além disso, António Barreto mais uma vez reservou a sua posição-atitude que, de resto, tem vindo a adoptar há bastante tempo, — salientando, contudo, que daria apoio público à Aliança, embora tenha sido firme na sua recusa de entrar nas referidas listas.

O Presidente dos Sociais Democratas remeteria a sua decisão final para a reunião que, logo a seguir, manteria com a Comissão Política do seu

partido, na qual as sugestões dos «Reformadores» iriam ser objecto da elaboração de uma contraproposta.

Segundo o que o EXPRESSO apurou na sequência da referida reunião, essa contra proposta divide-se em duas partes distintas:

- No caso de António Barreto rever a sua posição inicial e estar disposto a candidatar-se a deputado, o PSD oferecer-lhe-á um lugar, bem como a Medeiros Ferreira, ficando ainda aqueles elementos reformadores vir a dispor de mais quatro lugares para serem preenchidos livremente pelo seu grupo político. Desse número (6) em diante, o PSD mostra-se disposto a encetar a hipótese de aceitar as figuras nacionais que os dois ex-ministros vieram eventualmente a propor.
- Se António Barreto insistir na sua posição, o PSD irá rever de novo esta questão. No entanto, uma coisa é já dada como certa: a ser assim, o PSD baixará consideravelmente a sua oferta de número de deputados, não tendo, porém, de momento os sociais-democratas fixado o número definitivo em que se fixarão.



Vêm aí dois partidos presidencialistas

Vieram a lume, no decorrer da semana, em alguns órgãos de comunicação, notícias, segundo as quais um grupo de personalidades da vida política portuguesa, englobando sectores ligados a dissidentes do PSD, ao grupo dos «reformadores» e elementos do Governo de Mota Pinto, prepara um documento que pode vir a servir de base ao lançamento de um novo partido político.

Assim, fariam parte deste grupo — que já se teria reunido algumas vezes para discutir e preparar a sua Declaração de Princípios —, entre outros, Sousa Tavares, Medeiros Ferreira, António Barreto, José Manuel Casqueiro, Cunha Rego, Barbosa de Melo, Rui Machete, Manuel Lucena, Proença de Carvalho, Mota Pinto, Álvaro Barreto, Nobre da Costa, Santos Martins e Mário Mesquita.

Segundo fontes que reputamos de bem informadas, este grupo de personalidades apostaria no presidencialismo, mas não no general Ramalho Eanes. Com efeito, a recente nomeação da eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo seria um dos principais motivos de discordância em relação ao actual Presidente da República.

O grupo dos «moderados» quereria, pois, formar um novo partido através do Parlamento, ou seja, conseguindo ter candidatos a deputados nas próximas eleições intercalares, o que lhe permitiria ter representatividade desde já,

mesmo que indirectamente.

Esta a razão pela qual alguns elementos do novo agrupamento veriam com bons olhos a sua integração nas listas da Aliança Democrática. Entretanto, e quanto a este ponto, pudemos também apurar que, se por um lado há elementos como Sousa Tavares, que aceitariam candidatar-se quer as listas fossem conjuntas ou separadas, outros há que fazem dessa questão um ponto de honra. Assim, José Manuel Casqueiro, por exemplo, só se candidataria se as listas fossem conjuntas, enquanto Medeiros Ferreira o faria apenas no caso de haver listas separadas, integrando, deste modo, uma lista do PSD.

De qualquer maneira, a serem eleitas, estas personalidades, não só beneficiariam da representatividade nacional inerente à sua presença no Parlamento, como, por outro lado, aproveitariam, da melhor forma o apoio que lhes seria dado através dos órgãos de comunicação social e que constituiria a base da promoção e lançamento do novo partido. Deste modo, estariam criadas condições para que a nova formação pudesse concorrer às eleições de 1980.

ASDI CONSSTITUI-SE EM PARTIDO?

Ao mesmo tempo continua a falar-se com alguma insistência na criação de outro partido, por parte de alguns dirigentes da ASDI, como Cunha Leal, Magalhães Mota e Vilhena de Carvalho,

entre outros.

Para o nascimento deste novo partido muito contribuiria a presença de Sousa Franco e de Joaquim Lourenço no governo Pintoasilgo, pois, segundo consta, esta formação de cariz cupulista seria marcadamente eanista, presidencialista e pró-Pintasilgo. Estaríamos assim perante um agrupamento que, não tendo condições para se submeter ao sufrágio, aproveitaria a sua permanência no poder para se constituir como partido, ao mesmo tempo que apostaria na recandidatura do general Eanes, o qual não deixaria, por certo, de apadrinhar o nascimento da nova formação, numa altura em que vê fugirem os poucos apoios que ainda lhe restavam.

Entretanto, sabe-se ainda que, em matéria de alianças, este agrupamento preferiria o PS, a quem, aliás, as últimas decisões do Presidente da República, nomeadamente a escolha de Lurdes Pintasilgo, favoreceram objectivamente.

Por fim, refira-se que uma das intenções principais dos dois novos partidos seria a de evitar uma bipolarização da sociedade portuguesa. No entanto, a dinâmica que preside à criação de ambos e, ela própria, desde logo, um factor de bipolarização: enquanto um dos agrupamentos privilegia, como aliado, o PS, o outro prefere a Aliança Democrática.

J. ALMEIDA RIBEIRO

Vasco da Gama Fernandes:

o dez de junho

11 AÇO. 79

«Não gosto de ser independente!»

«Sei do que se trata apenas pelos jornais, pois não fui contactado por ninguém, nem participei em qualquer reunião. Não sei, portanto, o que se passou nem o que se pretende fazer. Tenho contactado com algumas das pessoas que vieram mencionadas nos jornais, no sentido de formar um partido, mas isto não tem nada a ver com as «tais» reuniões de que se fala para aí.

d.j. — Está, portanto, empenhado em constituir um partido?

V.G.F. — Estou, e já o referi publicamente.

d.j. — A formação desse partido é já uma certeza? As diligências feitas até agora têm sido bem sucedidas?

V.G.F. — Por enquanto, nem isso posso dizer. Para já só posso afirmar que penso nisso e há muita gente que pensa como eu.

Neste momento, as únicas pessoas que vejo profundamente empenhadas na criação dum novo partido são os homens da ASDI. Tenho mantido contactos com eles e sei que sentem, como eu, a necessidade do aparecimento dum novo partido, sobretudo agora, depois da formação da Aliança Democrática.

d.j. — E que partido seria esse?

v.g.f. — Bem vê, há hoje muitos independentes que, tal como eu, não se identificam nem com o PS, nem

com os partidos da Aliança Democrática e muito menos com o PC. Existe, portanto um espaço democrático importante, a preencher. Este espaço podia, pois ser ocupado por um partido que respeitasse a Constituição e que defendesse o socialismo democrático, sem fanatismo, sem demagogias e com raízes nacionais.

Penso que os membros da ASDI se integram nesta linha, bem como alguns dissidentes do PS e algumas personalidades como, por exemplo, o dr. Magalhães Godinho. Claro que não têm lugar neste partido todas as pessoas que se considerem independentes.

d.j. — Tem-se afirmado também que o novo partido seria profundamente eanista. É isto correcto?

V.G.F. — Não posso falar em nome dum partido que ainda nem sequer existe. No entanto, a minha posição pessoal é a de apoiar a recandidatura do general Eanes. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para que o partido que eu possa vir a integrar tome idêntica posição.



Medeiros e Barreto não se

Cm 13.8.79

«dissolvem» no PSD

Os reformadores negociam com o PSD a sua eventual integração em listas deste partido para a disputa das eleições intercalares. No entanto, António Barreto e Medeiros Ferreira fazem questão em não se «dissolverem» no partido de Sá Carneiro, mantendo a identidade do seu projecto político, definido no Manifesto Reformador.

Medeiros Ferreira deverá apresentar-se às eleições intercalares como independente, em lista do PSD, como aliás já acontecera em 1975, quando concorreu para a Assembleia Constituinte integrado numa lista do PS.

Presentemente, reformadores e social-democratas negociam o número de candidatos afectos ao Manifesto que poderão vir a acompanhar aquelas duas figuras. No en-

tanto, António Barreto não se mostra inclinado a candidatar-se, o que não obsta à sua disposição em conceder apoio público à Aliança Democrática.

GAMA FERNANDES: «PS NÃO VAI DESCER»

Vasco da Gama Fernandes afirmou estar empenhado em constituir um partido em entrevista que concedeu ao semanário «Dez de Junho». O ex-presidente da Assembleia da República mostrou-se adepto da recandidatura de Ramalho Eanes, declarando a propósito que fará tudo o que estiver ao seu alcance para que o partido que possa vir a integrar tome idêntica posição.

Por outro lado, o polémico

ex-socialista deu a conhecer ao «Comércio do Porto» a sua simpatia por uma nova formação política que servisse de equilíbrio e que «pudesse aliar-se ao PS para um Governo estável». Segundo o entrevistado, «a seguir às eleições vamos ter um Governo fatalmente minoritário». O PS não irá descer «como muitos supõem», afirmou ainda.

MÁRIO MESQUITA, SOUSA TAVARES E LOURO CONSER- VARÃO LUGARES

Entretanto, toma cada vez mais força a convicção de que Mário Mesquita e Sousa Tavares, os dois directores de imprensa estatizada que vêm

sendo contestados por círculos do PS, continuarão à frente dos seus jornais, respectivamente o «Diário de Notícias» e «A Capital». Também Soares Louro parece continuar na presidência da Comissão Administrativa da RTP.

O caso da RDP difere bastante destes. Toda a polémica movida em torno da estação oficial de Rádio parece culminar agora com uma «mexida» áspere nos seus quadros administrativos e directivos. Um relatório apresentado pela actual Comissão Administrativa, com acusações a administrações anteriores e apresentando o descontrolo económico e orçamental havido, colheu de João Figueiredo a resposta de que o referido relatório deve ser imediatamente entregue para sindicância.

Fundações: Cuidar o Futuro «Há espaço político para um novo partido»

Tempo

9 Agosto 1979

«Há muita especulação sobre o assunto. O que aconteceu de facto, foi que um grupo de pessoas se reuniu para discutir a situação política do país. Daí a corporizar qualquer espécie de intervenção vai uma grande distância.

Estou crente de que esse grupo, que certamente aumentará, irá subscrever uma «declaração de princípios» que fará o ponto da presente situação socio-político-económica e que apresentará programas que, quer interna quer externamente, poderão constituir-se como alternativa firme e coerente a um país que se pressupõe apostado em encontrar o seu caminho próprio.

Quanto à questão de existir ou não existir espaço para um novo partido, parece-me a mim que esse espaço existe mesmo. Todavia, pelo simples facto de existir um espaço político a preencher, isso não implica que se crie de qualquer forma um Partido. Um novo Partido, a criar-se, só pode surgir se se apresentar ao povo português com um programa global que seja resposta, assente numa determinada linha de pensamento, aos problemas cruciais que hoje e evidentemente, amanhã, se colocam ao país.

No meu entender, os Partidos hoje existentes perderam a sua função natural na medida em que, em vez de proporem à sociedade o tal programa global a que me refiro, preferiam, subestimando os interesses dos seus eleitores, divertirem-se com «guer-

Quando se diz que o PR está «colado» ou possa vir a estar «colado» a um novo partido que surja — e isso tem sido atrevidamente veiculado por alguns órgãos de Comunicação Social — eu não concordo e considero que se trata de pura especulação. O PR situa-se constitucionalmente acima e à margem dos partidos e não me parece que se deva ligar o seu nome à criação de qualquer partido. Isto não obsta a que, como homem inteligente que é, e observador da realidade portuguesa, visse concretizar com agrado e aparecimento de uma nova força política capaz de preencher uma lacuna e de dar estabilidade à democracia portuguesa.

«ATÉ O P.R. ESTÁ CONVENCIDO DE QUE AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES NADA IRÃO RESOLVER»

No respeitante às próximas eleições, parece-me, embora seja pouco dado a profecias, que nada irão resolver. Repare que a Aliança Democrática já praticamente não existe. E estou convencido de que a condução a nada das próximas eleições é também uma convicção do próprio PR. Por isso, a nomeação do presente Executivo — independentemente de eu concordar ou não com ele — que reúne, à partida, condições para gerir o país até 1980.

Assim, e concluindo, o aparecimento de um novo partido com base num grupo de pessoas que se reúne para conversar sobre a presente situação política, não passa, por enquanto, de uma mera especulação. O que se fará — e isso parece-me certo — é uma declaração de princípios onde será proposto um programa global para o país, proposta que assente numa determinada linha de pensamento. Daí ao Partido vai a distância que o evoluir da situação e o povo acharem por bem limitar.»



Aliança: do semi-torpor das listas à consciência aguda das realidades

A ALIANÇA DEMOCRÁTICA parece não ter saído ainda do semitorpor em que a lançou a questão das listas, apesar de, como se verá a seguir, o PSD revelar uma mentalidade mais prática, o CDS mostrar a sua capacidade de teorização e o PPM manifestar a sua não passiva apreensão. Tanto quanto conseguimos apurar, os sociais-democratas têm mais adiantado o processo de elaboração das suas listas, talvez por nunca terem dado como certa a hipótese de listas conjuntas.

No PSD, registam-se dois movimentos simultâneos e algo antagonísticos (que não, põem, porém, em causa certas realidades indiscutidas, como o facto de Sá Carneiro encabeçar a lista do Porto): por um lado, parte do aparelho do partido antecipou-se e "auto-elegeu" determinadas personalidades a nível local, em reuniões rapidamente convocadas dos órgãos distritais, como foi

o caso de Amândio de Azevedo em Vila Real e de José Vitorino e Cristóvão Norte no Algarve; por outro lado, Sá Carneiro empenha-se em escolher cuidadosamente o futuro Grupo Parlamentar, tanto no plano político, como no das competências, e parece mais disposto a fazer concessões a certas (e bem delimitadas) exigências, por exemplo de independentes (Ver notícia — pág. 1) ou de militantes até aqui menos em evidência no partido do que a deixar-se influenciar pelos argumentos do aparelho partidário.

Formalmente, será o Conselho Nacional do PSD a decidir, na sua próxima reunião, a realizar até ao fim do mês. Na prática, é muito provável que, mais uma vez, o presidente social-democrata leve a melhor.

PSD: dizer quem é responsável pela situação do país

"EMBORA a máquina eleitoral do Partido Social Democrata tenha estado, nas últimas semanas, "parcialmente suspensa" da decisão sobre a apresentação das candidaturas da Aliança Democrática em listas separadas ou em conjunto". (ver pág. 1). "o PSD tem já em pleno funcionamento, um Gabinete de

Eleições, que reúne diariamente sob a presidência de Sá Carneiro e o qual se desdobra num Comité Político e num Comité Técnico." — disse esta semana no EXPRESSO o seu secretário-geral, António Capucho, que é também membro de ambos os comités: "Em qualquer caso, ainda não houve tempo útil para a definição precisa da estratégia eleitoral, nem seria normal que o PSD a revelasse antes do tempo considerado conveniente, isto é, muito mais perto da campanha eleitoral."

"Na minha opinião", prossegue o secretário-geral dos sociais-democratas, "o importante é que o PSD se apresente aos eleitores valorizando-se afirmativamente através do Programa Eleitoral do Governo da Aliança Democrática e da efectiva capacidade dos Partidos subscritores, para governarem o país, no caso de obterem a maioria parlamentar".

Capucho faz questão em realçar que "não deixará obviamente, o Partido Social Democrata de salientar a responsabilidade do PS, da maioria de esquerda e do próprio Presidente da República, pela situação em que se encontra o país".

No que toca à campanha, António Capucho adiantaria depois que "em cada distrito e concelho, foram já implantados Gabinetes de Eleições ligados às respectivas Comissões Políticas, e que o Comité Técnico que integra o Gabinete de Eleições "central", se desdobra, por sua vez em várias sub-comissões especializadas: finanças, contabilidade, estudos de opinião, relações públicas, apoio jurídico, apoio logístico, etc.

Expresso

11 - AGOSTO - 1979

PPM não sai da Aliança mas obtém garantias nas listas

O PPM DESISTIU do seu intuito de abandonar a Aliança Democrática, apesar de ter ficado definitivamente assente que as candidaturas para as próximas eleições intercalares, se farão mediante a apresentação de listas

separadas, hipótese que vinha provocando grande desagrado nos monárquicos.

A razão do recuo da posição do PPM deve-se ao facto de, na reunião do Conselho Coordenador da Aliança, que ontem de manhã

teve lugar na Buenos Aires, se ter optado por uma solução de compromisso na qual o PPM é beneficiado, e que concorre para a possibilidade de este partido vir a ter o seu próprio Grupo Parlamentar.

O Conselho decidiu-se por um esquema de ligações bilaterais entre o PSD e o PPM e entre o CDS e o PPM. Embora não conste do comunicado final, estará já assente que as listas conjuntas entre os sociais-democratas e os monárquicos surgirão em Vila Real, Lisboa, Porto e Santarém, por se tratar de zona onde o PPM tem maior audiência, e onde por isso lhe será mais fácil colocar deputados seus, faltando ainda escolher um quinto distrito. O número de deputados que os monárquicos aspiram colocar é de seis na totalidade.

A reunião foi convocada a convite do PSD e por sugestão pessoal de Francisco Sá Carneiro e que contou com a presença dos líderes máximos dos três partidos, — só se realizando ontem por se ter esperado pelo regresso de Londres de Freitas do Amaral, cuja presença era considerada indispensável.

Foi precisamente com uma longa exposição de Freitas do Amaral que a reunião principiou, ouvida com agrado e aprovação pelos presentes.

O presidente do CDS afirmou a necessidade da unidade no seio da AD, sublinhando os motivos dessa mesma unidade e enumerando os desafios, na sua opinião estimulantes, que se colocam à Aliança. Ainda sobre o problema das candidaturas em listas separadas ou em listas conjuntas, Freitas do Amaral, minimizou, de algum modo, a questão, remetendo-a mesmo para um lugar secundário na hierarquia daquilo que deveriam constituir as verdadeiras preocupações dos dirigentes da Aliança Democrática (o desafio maior, seria na perspectiva do presidente centrista, a vitória da Aliança em listas separadas...).

Ainda no decorrer deste encontro, chegou-se a um consenso sobre a necessidade de fazer uma parte da campanha eleitoral em conjunto e de se vir a determinar uma estratégia política comum até às eleições.

Francisco Sá Carneiro, Diogo Freitas do Amaral e Gonçalo Ribeiro Telles manifestaram também a sua preocupação perante a actual situação política e pela maneira como encaram a sua evolução, tendo os três dirigentes concordado em que o cerne da questão principal diz respeito ao alinhamento do Presidente da República com as forças de esquerda, facto que na opinião daqueles dirigentes partidários, cada vez mais concorre para as necessidades, constantes do comunicado final, de definição de um perfil de um candidato comum à Presidência da República.

Segundo o que o EXPRESSO conseguiu apurar, tal candidato deveria, na opinião de sociais-democratas, centristas e monárquicos, ser um civil, não se tendo, no entanto, mencionado nenhum nome possível.



Que alianças? Que listas?

CDS: apoio de democratas-cristãos conservadores e liberais

Na sede nacional do CDS, em Lisboa, foi-nos dito que "é cedo para adiantar detalhes sobre a organização da campanha eleitoral".

Rui Oliveira, secretário-geral dos centristas frisaria no entanto, um ponto: "Diga-se, desde já, que o eleitorado vai ser posto perante uma nítida opção, de modo a que o voto signifique claramente a escolha de um modelo de sociedade. Para isso, faremos uma campanha muito pragmática, denunciadora do estado de degradação a que o país foi conduzido e por quem, ao mesmo tempo que enunciaremos as soluções que preconizamos para ultrapassar tão ingente situação."

Três grandes objectivos

A procura de uma estratégia para a próxima campanha eleitoral foi, segundo o que o EXPRESSO apreendeu, objecto de grande preocupação e rigor. Oliveira explica-nos porque e avança-nos os três grandes objectivos dessa estratégia:

"Em primeiro lugar, trata-se de contribuir para a vitória eleitoral da Aliança Democrática, que deverá dispor da maioria absoluta dos mandatos na Assembleia da República, ou seja, contribuir para

a construção de uma nova maioria, oposta à de esquerda, e capaz de gerar um novo poder político. Em segundo lugar, importa reforçar a posição eleitoral do CDS. Sublinhe-se que a subordinação deste objectivo legítimo à primeira condição referida — vitória da Aliança Democrática — mais não traduz do que a subalternização dos interesses meramente partidários face aos de razão nacional, o que é uma constante, da prática política do CDS. Finalmente, em terceiro lugar, é objectivo da campanha eleitoral do CDS que o PS deixe de ser o maior partido português, por forma a que o centro de gravidade da vida política nacional passe duradouramente para a área dos partidos que integram a Aliança Democrática."

Segredo guardado a sete chaves

Sobre os moldes práticos em que se vai processar a campanha, o secretário-geral do CDS especificaria que, para além dos habituais comícios e das intervenções na Rádio e na TV, "o CDS utilizará fórmulas novas para difundir as suas mensagens. Como o segredo é a alma do negócio, somos muito

ciosos dos produtos da nossa criação, que guardaremos a sete chaves, a tal ponto que nem o EXPRESSO os desvendará..."

Quanto aos meios financeiros de que o CDS poderá vir a dispor, Rui Oliveira considerou que "Ihe seria muito fácil" dar resposta a essa pergunta: "Na próxima, como nas anteriores campanhas eleitorais, e para além dos subsídios que o Estado concede aos Grupos Parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República, nos termos da lei vigente, o CDS apenas contará com o apoio financeiro dos seus militantes e simpatizantes. Aliás devo dizer-lhe que o financiamento de uma campanha eleitoral, sendo muito importante não é todavia tudo. Daí que seja relevante referir que o CDS conta com a solidariedade política e com o apoio técnico dos partidos democrata-cristãos, conservadores e liberais que ainda recentemente venceram de forma concluinte as primeiras eleições para o Parlamento Europeu. Todo o resto terá de ser resolvido na casa portuguesa, estando nós convictos que, a exemplo do que já aconteceu noutras situações, os nossos apoiantes não enjeitarão as responsabilidades que têm para com o país através do CDS."

10 - 8 - 79

JN

A formalização da Aliança Democrática pareceu, pois, ultrapassar o crónico desenlindamento interpartidário e fornecer finalmente aos portugueses uma imagem de congregação de esforços e um exemplo de cooperação no sentido de ser alcançado o objectivo claramente definido de derrotar eleitoralmente a maioria PS/PCP como etapa indispensável a um caminho de recuperação nacional. Mas, para lá do objectivo fixado, o facto relevante foi o de surgir, finalmente, a prova de uma capacidade de união de forças políticas dispostas a, conjuntamente, lutarem por um objectivo prefixado. Este facto, só por si, constitui motivo de esperança para a evolução democrática da vida nacional.

No entanto, a recusa do PSD à formação de listas conjuntas vem não só dificultar a conquista da chamada «nova maioria», como, sobretudo, parece lançar dúvidas quanto à coesão interna da Aliança, ou seja, quanto à realidade de esperança que constituía entre nós o acordo tripartidário que conduziu àquela aliança.

Alegam os dirigentes do PSD que tal decisão é o reflexo do consenso traduzido pelas suas «distritais» e, eventual, mas não seguramente, pelas suas bases. Parece-nos, todavia, não serem admissíveis quaisquer dúvidas quanto à certeza de que o objectivo procurado da criação de uma «nova maioria» seria muito mais facilmente atingido no caso da Aliança apresentar listas conjuntas. Sendo assim, terá sido feito pelas cúpulas do PSD o esforço de esclarecimento que se impunha junto do seu aparelho partidário? Ou será antes que o objectivo nacional previsto no acordo não

Fundação Guiar o Futuro

A ALIANÇA DEMOCRÁTICA E O PSD

Por MANUEL ANDRADE *

é na realidade o objectivo partidário prioritário do PSD? A opinião pública interroga-se a este respeito e pensamos que com alguma razão. Com efeito, uma análise, mesmo superficial, da situação, indicará a necessidade de uma acentuada desclida do PS para que a «nova maioria» possa vir a existir (por sua vez, este ponto implica a necessidade de afastar o PS). Estranhamente, porém, declarações recentes de responsáveis do PSD admitem eventuais acordos de governo com aquele partido, tanto que, sem dúvida, altera a nitidez da imagem de seriedade que a «AD» se propunha oferecer ao eleitorado, e que parece contrária ao objectivo nacional anunciado pela Aliança de derrubar a maioria PS/PCP actualmente existente.

Nestas condições, o menos que se poderá concluir será que o PSD considera de tal modo fácil o derrube daquela maioria que se dispensa de concentrar todos os esforços naquele objectivo e sobrepõe-o de assegurar que ele, PSD, se torne o maior partido português, mantendo como reserva a possibilidade de ser feito um acordo de governo com o PS no caso de, apesar de tudo, aquela maioria não vier a ser conseguida.

Ora o projecto do sociedade que a Aliança oferece aos portugueses é o ter de se manter limpa e isenta de quaisquer ideologias, de práticas inerentes ao PS.

Sendo assim, supomos que o PSD, comete uma série de erros.

Em primeiro lugar, não se mantem objectivamente fiel ao espírito do acordo, já que não concerta todos os seus esforços no objectivo nele fixado.

Em segundo lugar, impede que a «AD» possa transmitir ao País a imagem de uma Aliança baseada e apontada ao prioritário interesse nacional.

Em terceiro lugar, sugere a existência de alianças pessoais/independentes em nome da «AD», mas para integrarem listas do PSD.

Em quarto lugar, ou subestima a dificuldade real em derrubar a «Maioria de Esquerda», ou aceita como igualmente satisfatória a situação de charneira que terá de ser, e quando for, o maior partido português.

* Membro da Comissão de Opinião Pública do CDS.





15. Agosto. 1979

Independentes nas listas da Aliança

mesmo no caso provável dos «moderados» virem a transformar-se em partido, num futuro de médio prazo.

Medeiros Ferreira e António Barreto estiveram reunidos anteontem, ao fim da tarde, precisamente para concertarem posições face à evolução política imediata. Medeiros Ferreira desmentiu ao «Tempo» que já tenha sido decidido pelos «reformadores» participar no próximo acto eleitoral, classificou essas notícias de «especulativas» e acentuou que «nunca faria um acto desses individualmente, mas sempre ligado ao Manifesto dos Reformadores e ao respectivo grupo».

Falando em nome dos «reformadores», Medeiros Ferreira acrescentou que há uma remota hipótese de encerrar a inclusão do seu nome numa lista partidária e essa seria «elemento dos reformadores e respeitando a doutrina expressa no Manifesto divulgado em Abril passado».

O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo socialista acrescentou-nos que esta hipótese é bastante remota, mas que nada impede que depois das férias de Verão, contactos indirectos possam abrir caminho a um entendimento que viabilize a sua adesão e a de António Barreto, por exemplo, a uma lista partidária, se se vierem a verificar as condições já referidas.

«REFORMADORES» NÃO QUEREM TRANSFORMAR-SE EM PARTIDO...

Acerca da acusação de inoperacionalidade que tem sido dirigida aos «reformadores», designadamente por Vasco da Gama Fernandes, que

se lamenta pelo facto de o grupo não se ter transformado em partido já há oito meses, pois no conceito do antigo presidente do Parlamento estaria hoje na posição de partido viabilizado: de um Governo estável, Medeiros Ferreira recordou-nos que a actual situação política portuguesa não pode durar muito e, como tal, está condenada, sublinhando que «sem nos afastarmos do empenhamento público, o principal é lutar pela evolução do regime. Somos contra o «statu quo», somos contra a actual fase do regime, somos pela evolução, somos por um novo poder político democrático».

Medeiros Ferreira nega que alguma vez tenha sido afirmada a disposição de transformar o grupo dos «reformadores» em partido:

«A nossa intenção não é essa. A nossa intenção é dar testemunho da situação política, nos limites das nossas possibilidades.»

...MAS «MODERADOS, PROCURAM CONQUISTAR-LHES A ADESAO

Esta posição dos «reformadores» contrasta com a dos «moderados», que estudam a possibilidade de se constituir em partido, para o qual, aliás, procuram a adesão dos primeiros.

Este projecto de partido, ao contrário do que acontece com a ASDI, continuando a manter um cariz presidencialista, está, no entanto, desligado presentemente de Ramalho Eanes, personalidade que muitos deles apoiaram durante largo tempo e com quem alguns mantêm, no entanto, ligações pessoais de amizade. E também ao contrário da ASDI não

Vai realizar-se ainda esta semana em Lisboa nova reunião do grupo dos «moderados», com o grupo dos «reformadores» e os sociais-democratas independentes. Entre os primeiros incluem-se António Barreto e Medeiros Ferreira e nos segundos dissidentes do PSD e da ASDI, designadamente Barbosa de Melo, Rui Machele e Mário Pinto, dissidentes do PS como Sousa Tavares, Vitor Cunha Rego e Mário Mesquita, e membros dos dois anteriores Executivos, como Nobre da Costa e Mota Pinto, Álvaro Barreto, Proença de Carvalho, Eusébio Carvalho e Santos Martins, além de outras figuras politicamente independentes como Henrique Granadeiro e José Manuel Casqueiro.

pensa para já em aparecer como formação partidária legalizada, o que só procurará concretizar quando e se chegar o momento considerado oportuno para tal.

Na reunião desta semana, aliás, a que acima fazemos referência, vai ser apreciado o projecto da «Declaração de Princípios» dos «moderados», que tem estado a ser elaborada e no qual são abordados temas como economia de mercado, perspectiva de integração europeia de Portugal, política externa e soluções políticas e sociais a nível interno.

Este documento deverá ser divulgado ainda no próximo mês.

Fundação Cuidar o Futuro

PSD NEGOCIA COM «REFORMADORES» E MODERADOS

No âmbito da Aliança Democrática ficou estabelecido que o PSD seria o partido ao qual caberia negociar, em princípio, com «reformadores» e moderados, a fim de integrarem como candidatas independentes as suas listas.

E do conhecimento público que essas negociações têm vindo a decorrer e foi mesmo largamente referido um encontro do presidente do PSD, dr. Sá Carneiro, com o dr. António Barreto, personalidade por quem os sociais-democratas têm manifestado especial empenho na sua adesão.

Ao que o «Tempo» conseguiu apurar, o PSD ainda não perdeu as esperanças de conseguir integrar nas suas listas António Barreto e Medeiros Ferreira e tem como certas as adesões de Sousa Tavares, actual director de «A Capital», e do dr. Henrique Granadeiro, antigo chefe

da Casa Civil do Presidente da República e actual embaixador de Portugal na OCDE.

Por outro lado, continuam a decorrer negociações com antigos membros do Governo de Nobre da Costa e de Mota Pinto, que no entender dos observadores admitem pressupor não só a participação nas listas eleitorais como, até, a adesão de alguns deles ao PSD.

Acrescente-se que dois populares - monárquicos: Ribeiro Teles e Ferreira do Amaral, integrarão listas do PSD.

A POSIÇÃO DE ALGUNS INDEPENDENTES

O brigadeiro Pires Veloso, tal como José Manuel Casqueiro, secretário-geral da CAP, foram contactados já, quer pelo CDS, quer pelo PSD, para integrarem listas da Aliança, tendo o segundo inicialmente aceite o convite, mas impondo como condição que as listas viessem a ser conjuntas. Pires Veloso, contudo, desde o início que recusou assumir qualquer compromisso, não tendo, contudo, deixado de manifestar a sua preferência pelo sistema de listas conjuntas.

Outras personalidades independentes contactadas pelos dois partidos com o mesmo objectivo, designadamente Vitor da Cunha Rego, actual embaixador de Portugal em Madrid, e Vaz Portugal e Álvaro Barreto, ministros da Agricultura e Pescas e da Indústria e Tecnologia no Governo de Mota Pinto, têm vindo a recusar os convites, mas garantiram desde logo o propósito de se virem a manifestar publicamente a favor da Aliança Democrática.

A reunião desta semana vai ser decisiva quanto à atitude a tomar relativamente aos convites que insistentemente têm sido dirigidos a estes dois grupos para integrarem, como independentes, listas da Aliança Democrática. Ao que o «Tempo» apurou cada vez se torna mais problemática a aceitação deste convite, pois na última reunião realizada foi

CDS: «PODERÃO SURGIR SURPRESAS ESPECTACULARES»

Nesta questão de independentes a integrarem listas dos partidos da Aliança, um alto dirigente do CDS com quem contactamos, foi muito lacónico e preciso, recusando-se a acrescentar mais qualquer esclarecimento:

«O CDS não fará toboia de independentes.»

Não obstante este mutismo, o «Tempo» conseguiu apurar que o CDS irá concorrer em todos os círculos eleitorais e que apresentará a maior parte das suas listas constituídas por militantes seus.

Entretanto, sabemos também que têm sido feitos múltiplos contactos por dirigentes democratas - cristãos com personalidades independentes de alto prestígio nacional. Diz-se, mesmo, que «poderão surgir surpresas espectaculares» mas tudo se mantém rodeado do maior sigilo.

Círculos políticos geralmente bem informados, comentam com insistência a hipótese de personalidades independentes mais ligadas aos «reformadores» irão para o PSD, enquanto as restantes aceitarão o convite para se incluírem nas listas do CDS.

Sobremos junto de fontes próximas ao CDS que este partido está em contacto com um conjunto de personalidades, de projecção nacional, tudo indicando que venham a aceitar integrar-se nas listas como candidatas independentes, uma vez que as conversações estariam a decorrer com êxito. O CDS, contudo, mantém um grande segredo à volta destas negociações, não havendo afirmações seguras relativamente à

estabelecido o consenso de que seria adoptada uma posição de conjunto, isto é, ou aceitariam todos ou então todos declinavam o convite. Isto não significa que esta posição não venha a ser revista e alguns elementos acabem por se candidatar.

Os «reformadores» insistem em manter a sua unidade específica,

identidade das individualidades que integram essa importante lista. Pelo que nos foi dado apurar, tratar-se-ia, na generalidade, de figuras com grande peso político, algumas delas possuindo já experiência da luta política.

Relativamente a militantes do CDS, sabe-se que o presidente do partido, prof. Freitas do Amaral, deve continuar a chefiar a lista de Lisboa, assim como o vice-presidente Adélio Amaro da Costa continuará a ser o número um no Porto. Por outro lado, outro vice-presidente, Lucas Pires, e o secretário-geral Rui Oliveira, que foram quinto e terceiro da lista do Porto, nas anteriores eleições, passarão a chefiar listas de outros círculos, tal como será chamado o primeiro de outra lista o major Sanches Osório, que recentemente deixou o PDC e aderiu ao CDS.

Uma baixa de vulto deve suportar o CDS; a do dr. Vitor Sá Machado, cujas funções de administrador da Fundação Gulbankian, muito dificilmente lhe permitirão manter uma actividade mínima no partido.

Por outro lado, sabemos que tem sido muito ponderada a constituição das diferentes listas e que se tem procurado uma participação equilibrada de grupos sociais, de jovens e de mulheres. Esta orientação, aliás, vem de encontro à preocupação manifestada pelo partido desde há muito, como o comprova a existência de três organizações autónomas: a JC - Juventude Centrista, a MCDS - Mulheres do Centro Democrático Social, e a FTDC - Federação de Trabalhadores Democratas Cristãos.

Firmino Miguel na agenda da AD

Apesar das especulações intencionalmente vindas a público sobre a condição de civil que seria requerida para o perfil do candidato à Presidência da República a apoiar pelos partidos da «Aliança Democrática» (neste caso, obviamente, só o PSD e o CDS), fontes fidedignas desse sector político-partidário confiavam-nos, então, que as reais preferências dos «estados-maiores» da Buenos Aires e do Caldas vão para um militar que aceite passar à reserva oportunamente. E, sintomaticamente, responderam-nos com evasivas de aparente comprometimento à questão directa que pusemos de esse militar vir a ser o brigadeiro Firmino Miguel.

Desmentiram-nos categoricamente, isso sim, que esteja consignada na estratégia de bastidores da «Aliança» a hipótese de Freitas do Amaral assumir a chefia do Governo, ficando reservada para Sá Carneiro a candidatura à Presidência. Tal hipótese tem sido aveniada, nos últimos tempos, com alguma insistência, em meios geralmente bem informados.

O «DUELO» EANES-SOARES NO INTERIOR DO PS

Nos quadrantes da «maioria da esquerda», por outro lado, não está posta de parte, pelo PC, a candidatura do general Vasco Gonçalves, considerando-se que tal figura é mais capaz do que Octávio Pato de obstar à precedente fuga de votos comunistas para Otelo Saraiva de Carvalho, que também deverá ser um inevitável candidato.

No seio do PS, entretanto, começam já a digladiar-se as forças que ainda temam na reedição do apoio a Eanes (alguns «Gis», com destaque para Cravinho, e, curiosamente, os tecnocratas próximos da ASDI, como

Guterres) e aqueles que apostarão, desta vez, nas possibilidades que Mário Soares tem de ser eleito para Belém, conforme seria designio já antigo do próprio Manuel Alegre e Jaime Gama liderariam esta facção e aí se encontraria a explicação para as movimentações internas que os contestam e cuja estratégia seria, numa primeira fase, remodelar o actual Secretariado, por pressões originárias da Comissão Directiva (de onde já se demitiu Rui Vilar, numa altura em que se estreitam, em visitas ao Palácio, as suas relações com Belém); numa segunda fase, a nova maioria do Secretariado pressionaria o apoio do PS à recandidatura de Ramalho Eanes, «transportando» Mário Soares para o estrato da sumidamente para a presidência da Internacional Socialista.

Uma terceira corrente estaria, agora, no entanto, a tomar forma, a partir do conhecimento da «hipótese Firmino Miguel» para a «Aliança Democrática», na predisposição de com esta convergir neste hipótese, salvaguardando, assim, um maior poder negociador para a revisão constitucional.

DA EXPECTATIVA NAS FORÇAS ARMADAS AO ROSTO DO ANTIGO REGIME

Entretanto, nos meios militares democráticos — onde também já parece maioritariamente afastado o mérito de Ramalho Eanes para ser reeleito (apesar de se ter como certa

a sua recandidatura) — as opiniões estão, asseguram-nos, muito divididas. A maioria predominante permaneceria mesmo, segundo os nossos informadores, em posição de mera expectativa. Firmino Miguel não é hipótese rejeitada, mas percebe-se alguma preferência por figuras como Soares Carneiro — embora a eventualidade da sua candidatura seja, ainda, uma total incógnita —, por Pires Veloso — já a ser tido como certo na «corrida» para Belém — e até por Rocha Vieira, registre-se.

Na direita propriamente dita, o panorama está já muito mais clarificado, embora seja reconhecido como improvável a receptividade dos respectivos candidatos nos meios político-partidários decisivos ou no seio das Forças Armadas. Trata-se, portanto, de nomes como Figueiredo de Azevedo, Galvão de Melo e o jovem Meirezes Alves — candidatos que já se anunciaram — e, ainda, de Franco Nogueira, cuja apresentação facilmente se pode prever também como muito provável, quase certa, a marcar a presença de rosto do depósito regime totalitário de Salazar e Castano.

J.R.

SPÍNOLA DISPOSTO A NÃO ENTRAR NA «GRANDE CORRIDA» PARA BELÉM

O general António de Spínola, que na última semana foi citado como estando decidido a candidatar-se às próximas eleições presidenciais, não tem, neste momento, qualquer projecto nesse sentido, pois não está disposto a entrar na «grande corrida» para Belém. Mantém-se, portanto, inalterável, tal como ainda recentemente noticiámos, a sua situação de afastamento da vida política portuguesa.

Espectador atento e preocupado dos acontecimentos que têm marcado a deterioração da conjuntura nacional, António de Spínola permanece absolutamente fiel à resolução que tomou ao regressar do exílio e cujas razões ainda recentemente justificou em encontro com um dos redactores do «Tempo», a quem não escondeu a grande amargura que lhe causa o estado em que se encontra o País.

Assim, não têm nenhuma base as notícias vindas ultimamente a público e segundo as quais o general cedera a «grandes pressões» e aceitara candidatar-se à Presidência, para o que já organizara uma equipa de apoio. Em contacto com Spínola, que está em repouso no Luso, o general esclareceu-nos que essas informações «não têm, por ora, o mínimo fundamento», não se alterando, desse modo, a linha de conduta que há cerca de um mês reafirmou em conversa privada e de que nos fizemos eco.



Frente da esquerda socialista e revolucionária falha nas negociações

O JORNAL
10 ACO. 79



Deram resultados pouco positivos os contactos que nos últimos dias decorreram em Lisboa no sentido de formação de uma frente eleitoral englobando sectores da esquerda socialista e da esquerda revolucionária.

Otelo Saraiva de Carvalho, Lopes Cardoso, Acácio Barreiros e Vítor Wengrovius têm sido os «pontas de lança» desta «operação».

Contudo Otelo Saraiva de Carvalho e Lopes Cardoso, por motivos diversos, não deverão entrar num «compromisso eleitoral» para as intercalares de Novembro.

Enquanto Lopes Cardoso se mostra interessado em testar o eleitorado de que dispõe entre o PCP e o PS, Otelo Saraiva de Carvalho não quer «queimar cartuchos» numa tentativa que julga apressada.

Nos sectores militares da esquerda revolucionária, onde Otelo Saraiva de Carvalho se insere, têm-se registado grandes controvérsias a este propósito.

Na OUT, Organização Unitária de Trabalhadores, potencialmente aderente a um projecto deste tipo, confrontam-se duas linhas, uma a favor, outra contra a participação.

A UDP e o MES são as organizações mais empenhadas na referida frente, que pretendem assumir-se como um projecto de esquerda alternativo aos do PS e do PCP, mas em ambas, como tem sido noticiado, há fortes lutas internas.

Porém, o MES tem dito claramente nessas reuniões que não fará uma aliança com a UDP (dominada pelo PCP-R) sem que entre a UEDS, pelo que tudo parece comprometido. Resta a possibilidade de, a curto prazo, se dar uma reformulação partidária na extrema-esquerda.

A principal discrepância reside na gestão do movimento, que pretenderia assumir-se como o sucessor do praticamente extinto MUP, Movimento de Unidade Popular, formado após as presidenciais de 76, na tentativa (mal sucedida) de polarização dos 796 mil votos obtidos por Otelo. Com efeito o PCP(R), um pequeno partido estalinista nascido a partir de uma dissidência no PCP, que de momento tem predominância ao nível da UDP (apesar de contar apenas com cerca de dois mil membros e a UDP totalizar cerca de 17 mil filiados) propõe um esquema que passa pelo lançamento de uma proposta conjunta PCP(R)-UDP a propor de outras organizações.

O MES e a própria facção minoritária da UDP, na qual se integra Acácio Barreiros (ler entrevista nesta edição), defendem que cada organização se deve apresentar isoladamente à «porta» das negociações.

Curiosamente o maior consenso, neste momento, parece existir por vezes, não entre elementos dos próprios partidos, mas entre alas de partidos diferentes.

Assim a tendência que saiu vencedor do Congresso do MES, tendo Vítor Wengrovius, advogado, e Ferro Rodrigues, economista, como figuras mais preponderantes, defende posições que, quer quanto a pontos essenciais, quer quanto a questões circunstanciais, se coloca próxima do grupo minoritário da UDP, que tem Acácio Barreiros como figura principal.

Alguns observadores pensam que esta coincidência poderia lançar a semente de um novo movimento, que não excluiria qualquer das facções do MES, e poderia contar com



Otelo Saraiva de Carvalho
Padrinho só em 80



Lopes Cardoso
Não aos «revolucionários» para testar
votos socialistas

o beneplácito — não activo — do próprio Otelo.

Entretanto, a UEDS — segundo declarou a «O Jornal» um dos seus dirigentes —, concorrerá isoladamente às eleições intercalares, rejeitando, portanto, todas as propostas de participação em «frentes» ou candidaturas de unidade popular.

O partido do eng. Lopes Cardoso pensa aceitar, para as suas listas, personalidades que, embora independentes, se situam na mesma faixa ideológica.

A UEDS mostra-se céptica quanto à possibilidade de sequer vingar a ideia da candidatura de Unidade Popular, tal como foi apresentada à Imprensa a semana passada.

MDP

Na área da esquerda socialista (não revolucionária) anuncia-se

essa ausência «não reforçou a luta democrática e prejudicou a nossa imagem pública».

Uma outra organização de esquerda, o trotskista PSR, Partido Socialista Revolucionário (fusão da LCI com o PRT), anunciou que concorreria autonomamente.

«Animação» na UDP e MES

A vida interna da UDP e MES passam por uma fase de «grande animação».

Na UDP gerou controvérsia, na última reunião do Conselho Nacional, de 46 elementos, o documento «Para uma candidatura unitária», a que «O Jornal» já fez referência e é assinado, entre outros, por Vítor Wengrovius e Ferro Rodrigues, da direcção do MES, Augusto Mateus e Teotónio Pereira, da linha derrotada no último congresso daquela organização, e Vieira Lopes e João Espada, da linha «moderada» da UDP.

A rejeição do documento (um pré-programa a desenvolver em 1980) marcou o termo da possibilidade de criação de uma frente nos termos em que vinha sendo trabalhada.

Na reunião referida, Vieira Lopes foi violentamente atacado por ter assinado esse texto, que Acácio Barreiros ainda não considerou ter condições para subscrever, mas com o qual obviamente se identifica.

De resto Acácio Barreiros, dada a projecção pública que ganhou, é apontado em certos sectores como líder de um projecto unitário, se se confirmar a ausência de Otelo Saraiva de Carvalho e Lopes Cardoso.

Acácio Barreiros — que nessa reunião se demitiu da Comissão Permanente — e ainda Vieira Lopes, Nuno Crato, Mariano Castro e José Vasconcelos apresentaram, para discussão, um documento alternativo às posições da maioria do Conselho Nacional.

O Congresso da UDP, no qual serão classificadas as lutas internas da organização, foi adiado e só se deverá realizar em Fevereiro ou Março de 1980, portanto depois das eleições. Por isso é aguardada com expectativa a próxima Conferência Nacional que poderão confirmar uma cisão latente.

Entretanto o MES conseguiu superar as suas lutas internas e representantes das duas tendências dialogaram na passada terça-feira, na Casa da Imprensa, numa sessão aberta onde também estiveram presentes independentes, militantes da UDP e da OUT, notando-se a ausência de representantes da UEDS.

A tendência maioritária do MES, como a moderada da UDP, vem pondo uma tónica acentuada na necessidade de auto-crítica da esquerda revolucionária. Em relação ao próprio movimento, os dirigentes do MES reconheceriam que as duas cisões da organização (que deram origem ao GIS e ao MSU), trouxeram o prevalecer de orientações sectárias. Sobre a esquerda revolucionária foi criticada nomeadamente a incapacidade das organizações para enquadrarem a influência que chegaram a ter.

Conseguirá em algum momento a «esquerda Revolucionária» voltar a ter algo semelhante aos quase 800 mil votos que Otelo obteve? Ou mesmo os 153 379 votos das legislativas de 1976?

PS, PCP E UEDS ESTÃO CONTRA

"Unidade Popular" tenta formar-se à custa dos partidos constituídos

O PS, o PCP e a UEDS desmentem categoricamente quaisquer contactos com elementos ligados à constituição de listas de «unidade popular». O desmentido segue-se a notícias enviadas para órgãos de informação dando conta da participação de elementos daqueles partidos em encontros em diversos pontos do País.

Segundo o PCP, trata-se de mais uma tentativa divisionista tendente a fraccionar o apoio popular aos partidos de esquerda. Este partido acentua que as suas listas de candidatos às próximas eleições estão já formadas e serão oportunamente divulgadas.

mente divulgadas.

Idêntica posição é assumida pelo PS que garante que qualquer participação em encontros da chamada «esquerda radical» só poderiam ter tido a participação de militantes socialistas à revelia do partido e contra as suas directrizes — o que não é crível.

Quanto à UEDS um dos seus dirigentes, Lopes Cardoso, classificou de «completamente falsas» aquelas informações sublinhando que a UEDS havia, efectivamente, sido contactada mas recusara participar em quaisquer reuniões. A UEDS deverá ser legalizada como partido na próxima semana a fim de participar no próximo acto eleitoral.

Na elaboração das ditas «listas» de «unidade popular» têm estado envolvidos o MES, a UDP e o PCP(R) e, segundo declarações de Victor Wengerevius, da Comissão Política do Movimento de Esquerda Socialista, a iniciativa visa precisamente «constituir uma alternativa ao PCP e ao PS».

Registe-se que a situação no seio dos grupos partidários en-

volvidos está longe de ser clara depois das recentes divergências que vieram a público no seio do PCP(R) e da UDP quer no próprio MES. Tudo aponta para uma tentativa de polarização em torno, mais uma vez, de Otelo Saraiva de Carvalho, numa espécie de «ressuscitação» dos GDUP's que desapareceram da cena política depois do fracasso registado nas eleições municipais de 1976. Contudo, até ao momento, Otelo Saraiva de Carvalho, que na sua candidatura à Presidência da República, há três anos, teve o apoio dos referidos grupos, ainda não se pronunciou publicamente.

Exemplo das divergências que assolam estes grupos é o caso de Acácio Barreiros acusado de comportamento «individualista e reformista» por um porta-voz da UDP no termo da reunião da Comissão Nacional daquele partido.

Reservando para breve uma declaração pública sobre estas acusações e sobre a sua posição na UDP, Acácio Barreiros afirmou-nos esta manhã que considera estranho que tives-

sem sido proferidas tais expressões insultuosas e caluniosas que, para além do mais não resultam de qualquer posição aprovada durante a referida reunião. A continuação de tais ataques públicos tornam difícil compatibilizar a sua posição com o desempenho das funções de deputado da UDP. Para Acácio Barreiros seria mais consentâneo com a atitude exteriorizada pelo porta-voz do Conselho Nacional, a demissão do deputado da UDP. Perante as acusações que nem lhe foram comunicadas pessoalmente, o único deputado daquela formação política disse-nos que terá de reflectir sobre a posição adequada a tomar, já que é estranho acusar um deputado de «vontade de auto-afirmação» e tentar mantê-lo no hemicycle.

É estranho que a UDP formule agora estas críticas quando se sabe que na AR o deputado Acácio Barreiros é apoiado por um grupo de militantes da UDP que lhe preparam as suas intervenções em matérias que não são da especialidade do deputado em questão.

Diário de Lisboa

8 de Agosto de 1979

EM NOME DE QUEM

A crise de representação surgida entre o único deputado da UDP e o Conselho Nacional do seu partido constitui genuína novidade para a opinião pública.

Que o general Galvão de Melo tenha decidido virar parte das costas ao grupo parlamentar que o albergava, ou que sucessivas cisões e outros engulhos tenham ferido as representações do PS e do PSD, foram coisas que, conhecendo-se a nossa classe política, não conseguiram espantar.

Mas que o homem que representa em S. Bento, para quem ali o levou, a verdadeira revolução, tenha podido ser criticado, pelo órgão de quem em primeiro lugar depende, por reformismo, individualismo e vontade de autoafirmação, não pode deixar de suscitar alguma perplexidade. Tanto mais que o mesmo Conselho, depois de o criticar, o mantém como deputado, esperando apenas, como se de algo de excepcional se tratasse, que ele «assuma as posições definidas pelo partido». É caso para perguntar que posições tem o deputado andado a defender na Assembleia.

Entim: tome nota o esteja atento ao debate do programa do novo Governo. E às posições da UDP. Ou de Acácio Barreiros?

Fundação Cuidar o Futuro

o diário

13 de Agosto de 1979



A REACÇÃO REDESCOBRE O ESQUERDISMO

A direita sofreu, nos últimos dias, tantas derrotas que não consegue esconder a sua desorientação. A certeza de que vai perder as eleições intercalares aparece no fervilhar das brigas, na rachadura da Aliança Reaccionária (agora com duas cabeças, enfeitadas com o PPM), na indisciplina que vai pelas bases do PSD, nos lamentos do CDS, e até no mau humor das catatús da Comunicação Social implantadas no poleiro pelo sr. Proença de Carvalho.

A reacção perdeu o fôlego e a imaginação. Talvez por isso trata de avolumar e difundir o som dos fanhosos realejos do esquerdismo. Agindo assim, esforça-se para obrigar as forças progressistas a combater em duas frentes.

A direita (e não só) redescobre, enfiada, como trunfo político, a existência do major Otelo Saraiva de Carvalho. Mostra-se subita-

mente fascinada pelo destino político desse soldado de Abril que, nos momentos decisivos da Revolução, esqueceu (ou pior) todos os seus compromissos com os valores e princípios de Abril. A direita, empolgada com o reaparecimento no tablado do major Otelo, faz análises, exprime o desejo de o ver, outra vez, transformado em pólo de novos GDUP's, inspirados nos defuntos GDUP's. Outros sectores da reacção (e não só) mostram-se enternecidos com a barreira da UDP, enquanto o deputado daquela agremiação varre, rufosamente, o lixo caseiro, aproveitando as tribunas que, generosamente, lhe são oferecidas.

O esquerdismo está desacreditado pela marcha da História. Em cinco anos de Revolução a máscara caiu-lhe em pedacinhos. Mas nada se agita, para ventar dividir, sob os olhares esperançados da reacção.



Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO

"Não me vou candidatar às eleições"

OTELO Saraiva de Carvalho não se candidatará às eleições legislativas intercalares. A revelação, feita na entrevista que aqui publicamos, poderá pôr em causa a formação de uma frente eleitoral dos partidos à esquerda do PCP.

Nesta entrevista, o estratega operacional do 25 de Abril anuncia ainda a intenção de trocar a sua vida de activista político pela carreira militar, se vier a ser abrangido pela Lei da Amnistia.

Recorde-se que o major Otelo, um dos principais protagonistas dos acontecimentos conturbados que se seguiram à queda de Marcelo Caetano, conseguiu 16% dos votos nas últimas eleições presidenciais, sem o apoio de nenhum partido importante. Esta figura carismática, que com o seu poder de comunicação e invulgar sinceridade atrai indiscutivelmente multidões, parece incomodar muito particularmente o PCP, que sentiu precisamente a força da sua concorrência nas presidenciais de 76. Por isso mesmo, os dirigentes comunistas e, nomeadamente, o próprio Álvaro Cunhal não lhe têm poupado críticas, por vezes inesperadamente violentas (como, por exemplo, na altura da sua aposentação compulsiva).

Otelo sente-se de facto afastado dos comunistas e deixa-o aqui bem claro. "Prefiro um governo do PSD a um governo do PCP" — dir-nos-ia Saraiva de Carvalho, numa parte da conversa que não foi gravada, especificando: "Teria, pelo menos, mais possibilidade de não ser preso".

Convidado a pronunciar-se sobre os regimes soviético e moçambicano, o ex-comandante do COPCON manifestou a sua discordância e afirmou-nos acreditar na possibilidade de uma experiência socialista original, diferente de todas as conhecidas. O seu figurino é o Documento-Guia do MFA (organização popular de base).

EXPRESSO — ALGUMAS organizações políticas anunciaram a intenção de apoiar a sua candidatura nas próximas eleições legislativas intercalares. Vai-se candidatar ou, de qualquer modo, aceitar ou rejeitar esse apoio?

OTELO SARAIVA DE CARVALHO — Não vou participar nas eleições intercalares. Não participarei integrado numa lista partidária, a título de independente, nem liderando qualquer frente eleitoral. Algumas especulações relacionadas com o meu empenhamento na criação de uma frente eleitoral são completamente falsas.

EXP. — Porquê?

O.S.C. — Na minha opinião, não estão criadas hoje as condições mínimas para a constituição de uma frente.

EXP. — Quais seriam as condições?

O.S.C. — Há várias condições. Repare que os GDUP's foram uma esperança real de unidade da esquerda revolucionária. Ora eu não estou disposto a participar numa frente eleitoral com partidos que, envolvendo-se em querílias entre si, desde as últimas eleições presidenciais, originaram a dissolução dos GDUP's. Partidos que, ainda por cima, nos últimos três anos, não deram um passo para a unidade, antes pelo contrário, continuaram a guerrear-se. Não é a um mês das intercalares, de repente, que se poderá estabelecer uma plataforma para apresentar às massas, um projecto de unidade, com um mínimo de credibilidade. Não concebo que uma frente eleitoral, assim constituída, tenha qualquer crédito. A unidade que se viesse a conseguir seria uma unidade fictícia que, passada a febre eleitoral, rapidamente se romperia, tal como aconteceu com os GDUP's.

EXP. — Isso significa que está desiludido com os partidos que anteriormente o apoiavam?

O.S.C. — Em 76, eu apontei a perspectiva da minha candidatura às presidenciais, fora do âmbito dos partidos. Desde logo anunciei que me candidataria se, ao nível das organizações populares de base (comissões de trabalhadores, comissões de moradores, etc), se gerasse um movimento que me convencesse de que eu poderia ser útil na Presidência. E precisamente a partir das organizações populares de base que eu entendo a construção do socialismo, através da democracia directa.

"Apesar das divergências que me separavam dos partidos tive que me sujeitar ao seu apoio"

EXP. — Mas não excluiu os partidos.

O.S.C. — O que se passou foi que alguns partidos apoiaram a candidatura. E, apesar das divergências políticas e mesmo ideológicas que me separavam de todos esses partidos, tive de me sujeitar ao seu apoio. Na altura, reconheci que as organizações populares de base não estavam minimamente organizadas entre si, de forma a constituírem um aparelho, a garantirem a propaganda durante a campanha, a terem um estrado para eu falar em cada local a que me deslocasse, uma instalação sonora, etc.

EXP. — Precisava, portanto, do apoio das máquinas partidárias.

O.S.C. — Exactamente. Embora esses partidos tivessem aparelhos muito pequenos, a verdade é que, de uma forma harmónica, se distribuíram por todo o País.

A minha atitude crítica em relação aos partidos continua, pois, inalterável. Mantém-se a minha desconfiança, sobretudo depois da ruptura nos GDUP's, que foi, de facto, uma grande

esperança, no campo da esquerda revolucionária.

EXP. — Quais foram os partidos que já o contactaram para integrar as suas listas ou para liderar uma frente eleitoral?

O.S.C. — Excluindo o PSR (que, por ser trotskista e anti-militarista, nunca teve relações comigo) e os partidos que estão a desaparecer (como o PRP e o PSP), todas as organizações políticas da esquerda revolucionária me contactaram, designadamente a UDP, o PCPR, o MES e a OUT (que resultou da união de elementos vindos do PRP, do PSP, do MES).

Fui ainda contactado por uma delegação da UEDS, que me consultou sobre a formação de uma frente eleitoral. Quando se verificou não ser possível constituir a frente eleitoral, a UEDS acabou por solicitar a minha candidatura, como independente, numa das suas listas.

EXP. — Mas a UEDS estava disposta a fazer uma frente eleitoral com a UDP, a OUT e o MES?

O.S.C. — A primeira delegação que esteve em minha casa disse-me que a UEDS estaria disposta a integrar-se na frente eleitoral que se estava a constituir, desde que eu liderasse essa frente. Punha apenas reservas à participação do PCPR.

"Pretendi preparar candidatura para as legislativas de 80"

EXP. — Depois do que disse sobre os partidos e da sua recusa em se candidatar às intercalares, estará totalmente afastada a hipótese de vir a liderar uma frente eleitoral que englobe alguns desses mesmos partidos?

O.S.C. — Não, não está. Depois da minha passagem à reserva compulsiva, comecei, precisamente a tentar reunir forças políticas do campo revolucionário (a maior

parte delas estão em desagregação), senti-las à volta de uma mesa e estabelecer uma ordem de trabalhos que permitisse a discussão aprofundada dos problemas, tendo em vista a elaboração de um projecto que possa ser uma verdadeira alternativa revolucionária. Pretendia assim preparar uma candidatura às eleições legislativas de 1980.

Consegui, efectivamente, sentar a uma mesa elementos de duas das três correntes da UDP, das duas facções do MES e da OUT. Fomos, porém, apanhados, de súbito, pelo anúncio da convocação das intercalares.

EXP. — Então o facto de não se candidatar às intercalares deve-se à falta de tempo para negociar uma plataforma política que o satisfizesse, e não às reservas que pôde perante a actuação dos partidos que se prontificam a apoiá-lo.

O.S.C. — Sim, claro. Como disse, fomos apanhados de surpresa pelas intercalares, mas já tínhamos começado a trabalhar para as eleições de 80, com uma ordem de trabalhos muito extensa, que vai demorar alguns meses a debater.

Eu considerei, desde logo, que não era num mês de férias ou num mês e meio que, de repente, iríamos ultrapassar todas as divergências, todas as querílias existentes, e estabelecer uma frente para apresentar a um eleitorado céptico. Na minha opinião, isso seria uma enorme desonestidade política, não obstante os argumentos que me expuseram a favor da formação da frente eleitoral.

A UEDS também fez a mesma análise, concordou comigo, tendo decidido apresentar ao eleitorado listas próprias com a inclusão eventual de alguns independentes.

EXP. — No entanto, a UEDS não faz parte dos partidos que tinha contactado para a sua frente.



intercalares"

Entrevista de Pedro d'Anunção

O.S.C. — Não, porque a UEDS tem características especiais que não a definem concretamente como uma força política da esquerda revolucionária.

"Movimento popular que conduziria à minha candidatura ficará viciado"

EXP. — O que é para si a "esquerda revolucionária", o que é aquilo a que chama a "alternativa revolucionária"? Gostaria aqui de salientar que as organizações populares de base, com as quais afirmou defender a construção do socialismo, perderam já grande parte da sua importância política. As comissões de trabalhadores estão essencialmente viradas para os problemas internos das empresas e as comissões de moradores vão desaparecendo, ficando apenas as juntas de freguesia.

G.S.C. — Realmente, hoje, a situação é muito diferente da que se vivia em 76. As organizações populares de base, apesar de consignadas na Constituição, estão muito mais enfraquecidas. Torna-se mais difícil concretizar o esquema de construção do socialismo que defendido e que está expresso no Documento-Guia do MFA, divulgado em 75.

Portanto, todo o movimento popular que poderia conduzir a uma candidatura minha ficará, à partida, viciado. Serão os partidos a movimentar as massas populares em torno da minha candidatura.

De facto, é isso que tem acontecido.

EXP. — O que é, assim, a alternativa revolucionária?

O.S.C. — Por exemplo, os princípios programáticos da minha candidatura às presidenciais de 76 constituíram, de facto, uma alternativa revolucionária, relativamente à posição daquilo a que chamamos a esquerda reformista. Esquerda reformista que, especificamente, é liderada pelo PCP, com a perspectiva do controlo permanente dos trabalhadores, com a perspectiva de um tipo de sociedade que aponta para a ditadura do proletariado (expressão que envergonhadamente retirou do seu próprio projecto), em que a ditadura será exercida por uma vanguarda que é, precisamente, o Partido Comunista.

A perspectiva revolucionária é diferente. Em termos de estratégia, tem em vista a tomada do poder pelos trabalhadores e não a tomada do poder pelos representantes dos trabalhadores. Há a convicção de que, só depois de conquistarem o poder, os trabalhadores poderão construir, eles próprios, o socialismo.

EXP. — Então, esse seu conceito de "esquerda revolucionária" exclui não apenas a UEDS, mas também outros partidos, como o PCP(R), a UDP, o PRP, o PSR, etc.

O.S.C. — Não, não é isso. Há aí um erro profundo.

Alguns partidos, com efeito, assumem-se como vanguardas,

têm a perspectiva permanente do vanguardismo. É o caso do PCP(R).

Contudo, eu, por uma questão tática, tenho de aceitar no campo da esquerda revolucionária essas formações, uma vez que elas poderão engrossar este sector. É que no PCP(R) e, mesmo, no PCP, a maior parte dos militantes têm uma perspectiva revolucionária, a perspectiva da tomada do poder. É a perspectiva da tomada do poder, tendo em conta que a classe dominante a burguesia, não abandonará se a isso não for obrigada.

"É essencial criar terceira alternativa"

EXP. — Qual é o papel de eventuais candidaturas suas, quer a eleições presidenciais, quer a legislativas, nessa estratégia revolucionária?

O.S.C. — Na minha opinião, as legislativas de 80 são muito importantes. Não só vão abrir uma nova legislatura de quatro anos, mas também darão à Assembleia a eleger poderes constituintes. É essencial não permitir que a direita obtenha maioria absoluta e tentar criar uma terceira alternativa, com elementos revolucionários.

EXP. — Até que ponto considera útil a colaboração com o que chama a "esquerda reformista", por exemplo, com o PCP?

O.S.C. — Não vejo grandes possibilidades de colaboração, quando o PCP considera a esquer-

da revolucionária como o principal inimigo a abater.

Como se tem visto, o Partido Comunista estabelece mais facilmente alianças com organizações políticas de direita do que com as da esquerda revolucionária. Depois do 25 de Abril, só em 75, quando se encontrava numa posição extremamente débil (embora outros assim o não considerem), ultrapassado à esquerda pelos seus próprios militantes, é que o PCP fez uma aliança com partidos à sua esquerda.

Agora, como se sabe, negocia plataformas governamentais com o PS, o PSD e o CDS.

EXP. — E acha isso errado? O.S.C. — Claro que acho errado. E isto só significa que o PCP tem uma perspectiva de tomada do poder igual à de qualquer partido burguês, é igualmente parlamentarista.

EXP. — O que pensa do Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo?

O.S.C. — Por enquanto, não penso nada. Não sei ainda o que vai fazer.

EXP. — De qualquer modo, não está, à partida, em oposição?

O.S.C. — De forma nenhuma.

Depois da amnistia possível regresso ao activo

EXP. — Como vê a aprovação da Lei da Amnistia, mesmo contra a vontade do Presidente da República?

O.S.C. — Acho bem.

EXP. — Mas tinha-se pronunciado já contra o diploma,



O.S.C. — Eu não concordava com a versão inicial da Lei que, pelas suas limitações, me parecia favorecer os implicados no 11 de Março. Por outro lado, defendia a realização dos julgamentos. Todavia, parece-me bem a última versão da amnistia, abrangendo as sanções disciplinares.

EXP. — Depois da sua passagem compulsiva à reserva, e para além de eventuais candidaturas, o que pensa fazer?

O.S.C. — Com a Lei da Amnistia, o meu processo (à semelhança do que aconteceu com Rosa Coutinho, que foi amnistiado por um outro diploma) poderá voltar atrás e, inclusivamente, poderá ser

reintegrado, com outros camaradas, nas Forças Armadas.

EXP. — Se isso acontecer, volta para o Exército ou prefere continuar na política?

O.S.C. — Se isso acontecer, prefiro voltar para o activo. Será sempre uma cunha para os que me saquearam.

EXP. — Existe mesmo de se candidatar a eleições?

O.S.C. — Desisto de me candidatar a eleições legislativas, uma vez que a Lei Eleitoral proíbe as candidaturas de militares no activo. Poderei, porém, candidatar-me a eleições presidenciais, o que é legalmente possível.

Inexoravelmente «entalado» entre a hipótese de se assumir mais como alternativa subsistente à «Aliança Democrática» ou mais como obstáculo à consolidação dos designios do general Eanes (designios de que o Governo Pintasilgo é «parigoso» ex-ponente), o Partido Socialista confronta-se, agora, com a indecisão de viabilizar ou não esse Governo de «independentes», que são, simultaneamente, seus «familiares» políticos e seus previsíveis competidores eleitorais.

Com efeito, não pode o PS, por um lado, admitir facilmente a hipótese de inviabilizar este Governo eanista,

senão correndo o risco de ter de enfrentar, demasiado cedo, a opção de apoiar ou não uma precoce recandidatura de Eanes. Tanto quanto não lhe é menos problemático apoiá-lo, arriscando a hipótese (provável) de estar a alimentar hoje o seu «Brutus» de amanhã. Daí o impasse dos socialistas de se absterem ou não, na votação da eventual moção de rejeição ao Governo Pintasilgo do PSD e do CDS.

Daí, por outro lado, o problema da Rua da Emenda de partir para as eleições predisposta a posteriores entendimentos com a «Aliança Democrática» ou não. Porque não

pode saber se tais entendimentos virão ou não a ser necessários à «AD». Porque, então, isso depende mais de a «AD» necessitar deles ou não. Porque, também, se a «AD» necessitar mesmo deles, ao PS se repara, de novo, o problema de optar por dificultar a vida à «AD» ou por facilitar a vitória a Eanes. O que, aliás, em qualquer dos casos significará que o Partido Socialista está predestinado para «parante pobre». De um ou do outro lado.

O CASO DA CONTESTAÇÃO A ALEGRE E GAMA

Entretanto, no contexto desta po-

lémica interna, revelou-se como notoriamente derrotada a dita «ala tecnocrática» do PS (Guterres e Cia.), que impulsionara a facilitação, até à exaustão de possibilidades, de um Governo de coligação com os «inadiáveis» da ASDI, para obstruir a Eanes a hipótese — aliás, concretizada — de fazê-lo ele. E derrotada mas inconformada, a dita «ala dos jovens turcos» socialistas entrou, parece (e não há fumo sem fogo), em «revanche» contra os «pivots» históricos do partido, designadamente Manuel Alegre e (note-se) Jaime Gama.

E surge agora, a propósito, as especulações de um «abaixo-assinado» de contestação àqueles dois destacados dirigentes do partido de Mário Soares.

Trata-se, segundo as nossas fontes, de uma intencional extemporaneidade de alguns órgãos de informação. «Na verdade — garantem-nos — o que aconteceu foi que, já há cerca de semana e meia, houve um documento, subscrito por 18 elementos dos mais de 40 que compõem a Comissão Directiva do partido, a solicitar uma reunião extraordinária dessa Comissão, para debate de alguns problemas e contenciosos pessoais internos. E tal reunião efectuou-se mesmo, nessa altura, após o Secretário-Geral, Mário Soares, ter formalizado a respectiva convocação.

Aliás, o que dela resultou foi a aceitação unânime de que seria inoportuno suscitar, então, qualquer polémica sobre as querelas internas. Isso ficou claro e mais nada houve, depois, semelhante à especulação agora inovada. O «abaixo-assinado» apontado não pode ser senão aquele citado documento. cuja razão de ser se extinguiu, obviamente, com a respectiva satisfação de a referida reunião se ter efectuado.

A verdade, porém, parece evidente: contribuindo para a inevitabilidade das eleições intercalares, os «históricos» contribuíram, assim, também, para a consumação do (quase dramático) provável dilema do PS de ou facilitar os designios (obscuros) de Belém ou de sobrepor-lhes um Governo socialista, com apoio expresso ou tácito dos comunistas.

E também parece evidente, de facto, que — partindo ambas do pressuposto de que as eleições intercalares não trarão alterações significativas às proporções parlamentares — as duas hipóteses são muito conformes a um mesmo objectivo: manter, no futuro, as conquistas de a referida reunião se ter efectuado.

A verdade, porém, parece descorinar-se evidente: contribuindo para a inevitabilidade das eleições intercalares, os «históricos» contribuíram, assim, também, para a consumação do provável futuro dilema do PS de ou facilitar os designios autocráticos de Belém ou de tentar sobrepor-lhes uma reedição da fórmula Governominoritário-PS, com o apoio expresso ou tácito dos comunistas. Hipóteses que, a avaliar por este V Governo eanista, poderão não diferir muito entre si.

J.R.

PS nega contestação

9.8.79 CM

Manuel Alegre desmentiu «cabal e categoricamente», a contestação que, «segundo fontes bem informadas», dois diários lisboetas garantiram existir por parte de certa estratégia interna PS contra os seus «inalteráveis» e «ambiciosos» dirigentes Alegre e Jaime Gama.

Não parece haver, contudo, uma melhoria ou definição de rumo no Partido Socialista. Segundo as mesmas «boas fontes», o documento, em forma de «abaixo-assinado», circulou em vários canais do aparelho PS, e diz-se ser da autoria de Sottomayor Cardia com o beneplicio de Eduardo Pereira. Atribuiu este um comportamento «irregular» a membros do Secretariado do Partido, apontando para aquelas duas figuras.

O documento, de que aqueles jornais se fizeram eco, surgiu dias depois de Rui Vilar ter pedido a demissão de membro da Comissão Directiva do PS (alá a possível raiz do conflito?), invocando o reconhecimento de poderes deste órgão do partido, em favor de outro órgão menor: o Secretariado. Não se conhecem ainda as decisões das cúpulas sobre a discussão deste assunto, mas a progressiva redução da margem de segurança partidária no apoio que falta ao PS, via dos seus muitos dissidentes, acarreta-lhe agora desconfianças e ciúdas que

podem até traduzir-se em contestações como a já referida, parece que sem grande legitimidade.

A este respeito, o gabinete de imprensa do PS fez circular uma nota com o pedido de publicação às redacções dos jornais, em que dá conta da posição do partido.

PS DESMENTE CONTESTAÇÃO FEITA AO SECRETARIADO

«Publicaram os jornais «a Nação» e «O Dia» notícias especulativas relacionadas com a circulação de um hipotético abaixo assinado no interior do PS, visando pôr em causa a actuação de alguns dos seus dirigentes.»

«Por esse parte, a verdade. O gabinete de imprensa do PS comunica aos órgãos de informação a total ausência de fundamento para a notícia em causa, dado a ausência de qualquer iniciativa interna que tenha por objectivo contestar a acção de qualquer dos membros que compõem o Secretariado Nacional do Partido». E última a nota reafirmando a inteira coesão dos órgãos directivos do PS.

A NAÇÃO

Terça-feira, 7 de Agosto de 1979

Alegre e Jaime Gama contestados no PS

Os dirigentes socialistas Manuel Alegre e Jaime Gama seriam os alvos de um abaixo-assinado que, nos últimos dias, circulou em vários canais do aparelho do PS. A iniciativa do documento, que foi apoiado, entre outros, por Eduardo Pereira, partiu em princípio de Mário Sottomayor Cardia, que terá informado Mário Soares com alguma antecedência.

Segundo boas fontes, o abaixo-assinado atribuiu um comportamento «irregular» a membros do Secretariado do Partido Socialista, apontando, sem os citar, para Manuel Alegre e Jaime Gama.

O documento surgiu dias depois de Rui Vilar ter pedido a demissão de membro da Comissão Directiva do PS, invocando um esvaziamento de poderes deste órgão



Manuel Alegre



Jaime Gama

do partido, em favor de um outro órgão inferior — o Secretariado. Este assunto terá sido já discu-

tido nas instâncias superiores do Partido Socialista, mas não se conhecem decisões concretas.



HIPOCRISIA INSTITUCIONAL

"É aquilo que a maioria meloantunista do Conselho da Revolução, em conjunto com o Presidente da República, está a fazer, é a liquidação das forças políticas civis e a sua divisão". — Discurso no Comício do PSD, em 5 de Abril de 1979, no Pavilhão dos Desportos.

1. Como previa no artigo de há duas semanas o eanismo tenta ocultar-se com uma fachada de santidade política: ninguém mais do que ele quer o prestígio do Parlamento, o governo dos partidos, a imparcialidade das eleições, o predomínio do poder civil.

Os portugueses estão habituados, desde há décadas, a acreditar nas palavras do poder e da autoridade. E acreditam tanto mais nelas quanto mais alto se coloca a voz que as profere.

Dai o perigo dos actuais discursos de moderação, de isenção, em suma da tal santidade política, que é falsa e que urge desmontar.

Detenha-mo-nos no discurso presidencial de investidura do Governo, já que as muitas palavras da Primeiro Ministro, mero instrumento do Presidente da República, não têm importância autónoma nem conteúdo real.

2. Como habitualmente toma posição em dois discursos, um militar e um civil a eterna confusão que o P.R. simboliza, cultiva e aproveita. Ambos os discursos são de defesa e de resposta e encontram desmentido nos factos.

Como o proferido no Vale do Zebro é mero preliminar político-militar do de investidura do V Governo, a análise incidirá sobre este, cujo tom e conteúdo são manifestamente enganadores.

Eanes começa por lamentar a falta de uma maioria estável à qual atribui a crise e o afastamento entre as forças partidárias, e coloca a questão da alternativa entre maioria, com a qual o P.R. seria solidário e as eleições.

O dilema é falso, porque não sendo possível maioria sem novas eleições, o P.R. sabia de há muito que estas eram a única solução. Havia-a ele mesmo colocado em 22.9.78. Mas, com os mais variados pretextos, foi demorando a dissolução da Assembleia da República até, diminuir ao máximo o interesse das eleições intercalares, das quais sairá uma nova maioria que lhe não convém e que está já a combater.

E assim é que, em 6/7/79, em lugar de apresentar soluções com clareza, Eanes publica um confuso e intrinsecado comunicado em que faz ao PSD a indigna proposta de governo com o PS e o PR, o que equivalia a renegar o acordo da Aliança Democrática assinado na véspera.

Também aqui a actuação de Eanes foi mais do que sinuosa, visando dizer, como agora mais uma vez fez, que a culpa é dos partidos. O desprestígio dos partidos é um dos objectivos.

3. Quem não conhecesse a realidade portuguesa, pensaria, ouvindo o discurso, que a designação da Eng.^a Pintassilgo e a não dissolução imediata da Assembleia da República visavam a reconciliação dos partidos, o prestígio do Parlamento e a isenção das próximas eleições.

A realidade é o contrário.

Eanes sabia que a Eng.^a Pintassilgo era, de há muito, a candidata do PCP ao cargo de Primeiro Ministro e que era bem-querida do PS.

Eanes sabia que a Eng.^a Pintassilgo era inaceitável, como Primeiro Ministro, para o PSD e o CDS.

Eanes sabia, portanto, que, romulocria a gravidade política e a instabilidade, impedir a formação de um consenso à volta do novo Governo, intensificar e fomentar a radicalização da sociedade portuguesa. Sabia também que tudo isto se ia traduzir no debate parlamentar, que nunca poderia ser sereno e que provavelmente não seria prestigiante para o Parlamento nem motivador do acto eleitoral.

Sabendo tudo isto e procedendo como procedeu, o Presidente da República mostrou querer o contrário daquilo que afirmou, como os factos demonstram.

4. O que é claro quanto ao Primeiro Ministro, torna-se escandaloso quanto à composição do Governo.

Se a personalidade política da Eng.^a Pintassilgo é polémica e dividia a opinião pública e a sociedade, o Governo é politicamente parcial.

É um Governo anti-PSD e favorável ao PS e ao PCP.

Incluindo no V Governo três dissidentes do PSD, Eanes hostiliza sem reboço e mais uma vez, o nosso partido.

É esta mais uma afronta intencional do P.R. ao PSD, a qual

compromete gravemente a isenção eleitoral do Governo.

Dois dos dissidentes, os Ministros das Finanças e da Agricultura, pertencem à ASDI, da qual o Ministro do Trabalho é próximo, a acreditar em declarações de membros daquela associação.

Ora a ASDI já anunciou a sua transformação em Partido e a possibilidade de concorrer às próximas eleições.

Colocando a ASDI no Governo, Eanes-Pintassilgo conscientemente privilegiam esse pré-partido e hostilizam o PSD, e a Aliança Democrática, favorecendo o PS e o PCP, aos quais nos opomos.

Tão claro é isto como fariseicas são as afirmações presidenciais. Estamos nesse campo regressados aos tempos de Costa Gomes, que o PCP também apoiava.

Não contente com a influência que teve na ocasião do grupo parlamentar do PSD, que originou no Parlamento a presença dos "Deputados do sr. Presidente", Eanes colocou-os no Governo, sem necessidade nem proveito para o País, mas com evidente vantagem para a ASDI e para o partido eanista que ele será.

Em qualquer democracia isto seria reconhecidamente um escândalo.

Entre nós permite que o Presidente da República e Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas faça perante estas e perante o País as mais solenes e sisudas afirmações de imparcialidade, isenção e respeito pelos partidos.

Entretanto o livro de Augusto Cid é apreendido.

Como não sou a gargalhada nacional que tal merecia, como a hipocrisia é praticada como método político ao mais alto nível, a todos os que são fiéis ao sentido comum dos portugueses, que é de verdade, de dignidade e de liberdade, cabe demonstrar a farsa, quaisquer que sejam as consequências.

Mas não bastavam os ASDI no Governo. Entrega-se ainda a preparação directa das eleições a um antigo ministro de Mário Soares, a um confesso e público amigo do PS e um próximo de Melo Antunes: nomeia-se Costa Brás adjunto para a Administração Interna, afastando Gonçalves Ribeiro, que dera plenas provas de competência e isenção.

É grave, mas justificado o que afirmou Eanes no seu discurso.

Mais grave, mas condenável e

Fundação Cuidar do Futuro



sem justificação é, que as palavras do PR sejam o contrário dos seus actos.

5. O procedimento do PR,

anunciando eleições mas não dissolvendo a Assembleia, não permitiu nem podia permitir o prestígio dela, ao contrário do que o discurso afirma. Em termos europeus e democráticos é pelo menos grotesca a atitude de anunciar a dissolução sem a efectuar.

Os factos comprovam a anomalia do método presidencial: manutenção das regalias dos deputados, contra o voto do PSD, legislação aprovada à pressa e de qualquer modo pelo PS-PCP e, para cúmulo lei de amnistia, vetada por Eanes, são o que este conseguiu para "prestigiar" o Parlamento.

O último exemplo é revelador: não dissolvendo a Assembleia, Eanes permite que o PS e o PCP aprovelem a vetada lei de amnistia que agora terá de ser promulgada e cumprida.

Será tudo isto que o Presidente-GEMGFA entende como "preservação do prestígio da Assembleia enquanto órgão de soberania"?

Será com tudo isto, que era previsível e que estava consumado aquando dos discursos, que se quer evitar juízos negativos sobre o Parlamento e sobre os Partidos?

De tudo isto, e do mais que vai passar-se, resulta precisamente o contrário do que Eanes afirma. E se, apesar de tudo, o País continua a acreditar no seu Presidente, ficará ele como única alternativa, como parece querer-se com tudo isto. As eleições não o permitirão, esperamos. Mas para isso é indispensável que tudo fique claro.

Uma coisa é porém certa: tudo o que está a acontecer só é possível porque Eanes acumula os cargos de Presidente da República e de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. Ele simboliza e corporiza, portanto, a união do poder civil e do poder militar, a existência do poder político-militar que é ainda a essência do actual regime. Isso, só por si, basta para tornar irrelevantes e irrisórias as solenes palavras proferidas em Vale do Zebro. Elas só serão um começo de realidade quando o Presidente-Chefe Militar, que é também e cada vez mais candidato a novo mandato, deixar o cargo de CEMGFA.

Eanes «traiu» o quê?

por José Rocha Vieira

1. O general António Ramalho Eanes é o que se costuma chamar um homem das Arábias! Na boca de alguns conceituados dirigentes partidários portugueses não há -golpe- que o Presidente da República não tenha já imaginado nos seus três anos de mandato.

Rotulados de extrema-direita, de extrema-esquerda, de Terceiro Mundo, de Melo Antunes, de Charais e de Perú, -golpes- para todos os gostos foram sendo sucessivamente atribuídos a Ramalho Eanes pelos adversários de ocasião.

Naturalmente, nunca os acusadores se deram ao trabalho de apresentar quaisquer provas. Se alguém ousa pedir uma explicação dizem que -estas coisas da política são sempre difíceis de provar-, que a política também se faz a partir de hipóteses.

2. Difícil de provar, preto no branco, será também a novíssimo slogan de que -Eanes traiu o eleitorado-.

De facto, terá mesmo o Presidente -traído- os seus eleitores ou ter-se-á limitado a defraudar as esperanças de aparelhos partidários que sempre pretendiam «domesticá-lo»?

Os comportamentos dos partidos Socialista e Social-Democrata são exemplares neste capítulo.

Na óptica do PS, Eanes só se portou bem, muito bem, enquanto Mário Soares se manteve em S. Bento como chefe dos dois primeiros Governos constitucionais.

(Nessa altura, para o PSD, designadamente, o homem de Belém era depreciativamente -o Costa Gomes do PS-).

Assim que Mário Soares caiu (no I Governo quando viu rejeitada no Parlamento uma moção de confiança e, no II, quando o CDS denunciou o acordo que mantinha o Executivo), logo os socialistas começaram a clamar contra o -golpe- presidencialista de Ramalho Eanes, traduzido na escolha de Nobre da

Costa para a chefia do novo Gabinete.

(Nessa altura, para o PSD, designadamente, o homem de Belém já não era -o Costa Gomes do PS-. Pelo contrário).

E assim sucessivamente, que o espaço é curto para tão grandes golpes de rins.

3. E assim sucessivamente, até que chegamos a um momento solene, em que Ramalho Eanes toma uma decisão que desagrada ao PS e agrada ao PSD (a dissolução do Parlamento) e toma uma outra que o PS não rejeita e que o PSD detesta (o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo).

Quer dizer: se Eanes tivesse «apadrinhado» um Governo PS (ASD) voltaria provavelmente a ser o candidato PS, -o Costa Gomes do PS-, se Eanes tivesse dissolvido o Parlamento e designado um primeiro-ministro da simpatia do PSD, seria sem dúvida o candidato PSD, -o Costa Gomes do PSD-.

Como não agradou totalmente nem a gregos nem a troianos, lança-se contra o Presidente um slogan fácil: -traiu o eleitorado-.

Mas qual? O eleitorado que votou PSD? O eleitorado que votou PS? O eleitorado que votou CDS? O eleitorado que votou nas presidenciais e não votou nas legislativas?

«Traiu» em quê? Na irradiação dos «bandos armados» dos quartéis? Na consolidação das liberdades individuais e colectivas dos portugueses? Na defesa de um Pacto Social que os partidos políticos, ora uns ora outros, nunca facilitaram? Na prossecução de uma política externa pragmática? Nos apelos que constantemente dirigiu aos partidos no sentido de apresentarem soluções governativas sólidas?

Bom. No fundo, o grande defeito dos nossos partidos é quererem ou tudo ou nada, sejam quais forem as consequências já!



E PRECISO DESMISTIFICAR O «PROCESSO RELIGIOSO EM CURSO»

66.050 b
"AUA"
"A"

O POVO NÃO É TOLO

"o diário", quer na sua versão matutina, quer na vespertina, chamada "O L", não se tem poupado a encontros ao chefe do Executivo, reconhecendo, segundo diz, as "altíssimas qualidades católicas" que afirmam caracterizá-la. Nunca encontramos tanta preocupação pelo catolicismo das pessoas como agora por parte daqueles órgãos de comunicação social marxista. E que se não preocupassem com tais questões seria, aliás, perfeitamente lógico e coerente em órgãos de imprensa que enfileiram, pelos princípios do partido do doutor Cunhal.

Por outro lado, o semanário "O Jornal", também normalmente silencioso em problemas de índole religiosa, está agora a exaltar de uma forma quase despidorada as qualidades católicas da eng.ª Pintasilgo, do Gréal, e vai até ao ponto de citar os homens e mulheres deste país, cuja formação de base foi bebida na Açôa Católica, mais concretamente na JUC. Mas o engragado é que faz reagir sobretudo, os da esquerda e, no que se refere aos homens dos partidos constituintes da Aliança Democrática, cita apenas aqueles que não pode deixar de o fazer, omitindo, como é óbvio, toda uma multidão de antigos militantes da AC que se mantiveram tão fiéis aos princípios recebidos que, no apagado das suas posições profissionais, impediram que meia dúzia de trestlocados com panheiros seus de outros tempos, lançassem este país no mais puro comunismo, tentando conciliar o que é de raiz inconciliável —

Uma das coisas que os leitores vão saber ao folhear este número de «a Rua» é o actual significado da sigla PREC. Ela quer dizer, muito simplesmente, «Processo Religioso em Curso».

Trata-se, é claro, de uma anedota inspirada no presente momento político português, mas, de qualquer modo, de uma anedota que contribui para a desmontagem da grande mistificação a que vimos assistindo, desde que a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo foi indigitada pelo sr. Ramalho Eanes para assumir a chefia do Governo.

De um dia para o outro, não houve cão nem gato das Esquerdas que se não convertesse a um catolicismo fervoroso, para nos convencer de que a ascensão ao Poder da eng.ª Pintasilgo e

da sua celestial corte de «católicos progressistas» representa a solução do problema que desde há cinco anos divide irreconciliavelmente os portugueses entre os que são por Cristo contra Marx ou por Marx contra Cristo.

Diz-se que a eng.ª Pintasilgo é recebida semanalmente pelo cardeal D. António Ribeiro — mas D. António Ribeiro até já recebeu o dr. Alvaro Cunhal e ainda recentemente deu audiência aos dirigentes dos partidos que integram a «Aliança Democrática» e que são, como se sabe, irreduzíveis adversários do «projecto Pintasilgo». No desenvolvimento do mesmo PREC, do mesmo «Processo Religioso em Curso» — correm lançados da r-

Fundação do Cidadão e do Futuro

marxismo e cristianismo. Por outro lado, e agora já sem as referências elogiosas ao catolicismo da Primeiro-Ministro, a Inter do PC, em perfeita consonância com os órgãos de comunicação social da batuta comunista, lançou rapidamente uma campanha de apaziguamento nos conflitos laborais, de tal maneira que quem, por dever de ofício, tem de comentar os eventos desta natureza, fica, de uma semana para a outra, praticamente, sem ter sobrie que incidir os seus comentários, limitando-se a fazer notar a verdade nua e crua da qual era fundamentalmente o objectivo da avaliação de grevistas com que temos premiados desde Janeiro do corrente ano. Antiguamente, nos tais tempos do "obscurantismo", torçava-se moda dizer que se era católico e até havia quem tivesse uma prática religiosa frequente como forma de impressionar bem os governantes. Contra isso nos insurgimos muitas vezes, ainda que sem resultado. Agora, decorridos que foram os anos quentes do comunismo em Portugal, que não pegaram" afetas e só porque o povo o não quis, procede-se ao contrário. Quer dizer, recorda-se a um exército de antigos católicos e militantes justistas para se "alardear" o seu catolicismo e dar a poeira nos olhos desse mesmo povo. E o que se chama servir "gato por leite"...

Simplesmente, o povo não é tolo e nestes cinco anos de pseudo-democracia fez um curso intensivo de experiência e S. M. Os católicos e o povo em geral têm o direito de ouvir a palavra certa no momento certo. Aguardam com a serenidade de quem tem razão a palavra de quem deve e pode falar.



"O Jornal" convida um jornalista

Guia espiritual

Rui Osório *



10 AGO. 79

«Uma democracia que se abandona a si mesma, uma democracia sem guias espirituais é uma democracia decapitada» — afirmava Raul Proença.

O sintoma de que podemos estar a viver em «democracia decapitada» é a transferência que muitos estão a fazer das suas frustrações para o 25 de Abril, os partidos, a democracia, o socialismo...

Com tudo isso assim problematizado, senão exorcizado, que nos resta?

Resta-nos que aceitemos passar pela fiera da crítica e da auto-crítica sem alienarmos aquilo que a política mais deve privilegiar na pessoa humana: a sua consciência e a sua liberdade.

Sem ideal e sem guias espirituais não será possível que um povo una a inteligência à liberdade, para assumir inteiramente a sua vontade de existir e de criar autonomamente a sua história. O contrário não passa de voluntarismo político.

Vem isto a propósito de Maria de Lurdes Pintasilgo, a quem classifico de «guia espiritual» da democracia.

Antes de mais, sem qualquer honra e menos ainda culto da personalidade, o que mais me chama a atenção em Maria de Lurdes Pintasilgo é a sua convicção de que «a grande empresa é mudar a vida», traduzida nesta sua afirmação:

«Mudar a vida é esboçar em cada momento os novos valores e suscitar as condições de experiências que os tornam reais; é captar na experiência a que a História nos conduz os valores inusitados, desconhecidos ou ignorados». Afirmação que logo a seguir concretiza deste mo-

do: «Só posso mudar a sociedade mudando-me com ela, criando nela o espaço onde consigo ser, respirar, trabalhar, amar, pensar, de modo diferente por que ansio».

O seu projecto de mudança é para ela um imperativo evangélico, assim delineado:

«Pede-nos, pois, o Evangelho que deixemos o refúgio do discurso das superestruturas para nos entregarmos ao campo aberto da concreta e quotidiana realidade, fazendo corpo com ela; que abandonemos de uma vez as trincheiras com que nos defendemos para — com erros e falhas e omissões e linhas tortas ou quebradas — percorrermos os caminhos que temos de ir inventando; que recusemos o lugar de espectadores, a que afinal nos conduzem as nossas sucessivas críticas e análises, para metermos as mãos na massa, experimentando o que fomos capazes de convictamente fazer e construir.»

Não admira que Maria de Lurdes Pintasilgo na sua linguagem escrita e falada e na sua praxis fale constantemente de Revolução, experiência, processo, transformação, futuro... como não admira a sua rejeição do conformismo. Talvez por isso não lhe faltem agora detractores, ignorando estes que uma ortodoxia morta é bem pior do que uma heresia viva.

No fundo alguns desses detractores, ao reclamárem-se também de cristãos, fazem-no apenas com o desejo de sacralizar as ordens estabelecidas na desordem, fugindo do progresso, por amor à conservação, como o diabo da cruz.

Ao contrário, Maria de Lurdes Pintasilgo entende que a Revolução deve ter um carácter permanente e

inescannante e revestir-se de uma «inesgotável novidade» que só a fé, na sua opinião, «reforçar, intensificar e agudiza».

Por imperativos morais, Maria de Lurdes Pintasilgo faz, entre outras, as interrogações seguintes:

«Queremos ou não um mundo mais justo, mais fraterno, mais solidário? Queremos ou não um mundo mais aberto à imaginação, mais livre, mais conducente à criatividade? Queremos ou não um mundo novo?»

Curiosamente, é uma mulher de fé evangélica que desde há uns vinte ou mais anos acompanhou de perto o itinerário que arranca, aí pela década de 50, da então chamada «teologia da libertação» até aquilo que hoje se designa por «teologia ou teologias políticas e de libertação».

Nos seus tempos de militante na JUC, não lhe terá sido estranha a teologia do padre Congar, que falava de leigos empenhados «no serviço da Igreja» e da «cristianização das estruturas».

Mais tarde, já na sua actividade profissional e no Graal, terá conhecido a «teologia das realidades terrestres», e apontar para a «autonomia das leis da matéria numa história de salvação que Deus conduz, exigindo dos cristãos uma participação no plano de Deus, através da cristianização da família, dos meios de trabalho, da vida cívica.

Posteriormente, a avaliar pelo que diz e escreve, já no pós-Concílio Vaticano II em que a Igreja surge como «sinal de salvação entre as nações», ou Igreja-para-o-mundo, Maria de Lurdes Pintasilgo entende que o importante são as comunidades de crentes ao serviço do mundo,

do pela «teologia do desenvolvimento», «teologias políticas» e pela «teologia da libertação», umas e outras afirmando sempre que Deus está a actuar no mundo e que o conhecimento de Deus se faz através do mundo-acontecimento, do mundo-história.

É neste contexto, que me parece ser o de Maria de Lurdes Pintasilgo, que cristãos como ela acordaram para uma atenção a tudo o que acontece e para a transparência do significado dos factos, onde a acção e contemplação se interligam, procurando que a praxis se traduza num compromisso vivido em todas as dimensões daquilo que o homem e a desenhoeira, ainda que intermitentemente, na contemplação do infinito de Deus e na não-recusa do mundo e da sua complexidade.

A teologia política que Maria de Lurdes Pintasilgo faz sua não é uma «ciência política» no seu sentido técnico e especializado, nem orienta os cristãos para uma hiperpreocupação com a organização política, em termos de partidos,

correntes de opinião e estruturas rigorosamente políticas.

Assim se compreende que Maria de Lurdes Pintasilgo afirme não procurar em teorias políticas, mais ou menos experimentadas, a segurança de um horizonte messiânico próximo.

Está também convencida que «a presença dos cristãos (na política) não é garantia de qualquer nova ordem a instaurar».

Apenas, com a sua frontalidade cristã, tem apostado em dar testemunho da «esperança que nela habita», já que a nova ordem por que luta, concebida em termos de justiça, de fraternidade e de solidariedade, é, como diz, «matéria histórica que tem algo a ver com o reino de Deus, não porque nele desenhoeira, de forma ingénua e tendencial, mas porque a sua procura é, de forma não dita, parte da procura do Reino de justiça que Cristo veio instaurar».

Do itinerário de uma mulher como Maria de Lurdes Pintasilgo, cuja aposta decisiva aponta para um futuro novo, julgô que se poderá di-

zer que estamos perante um «guia espiritual» da democracia, sendo de sublinhar que, na sua opinião, «não importa» saber quem vive assim, se são os cristãos, se é a Igreja, se são os que se dão sem limite ao tempo e aos homens, se são os que foram «circuncidados» pela baptismo, se são os «incircuncidados» na sua «afirmação de ateísmo». O que importa é que nuns e noutras habite a fé que julgará a Revolução, decorrendo dela a esperança num mundo novo que há-de vir, dando razão ao poeta, citado por Maria de Lurdes Pintasilgo, que diz:

«...cantar
é empurrar o tempo
ao encontro das cidades futuras
fique embora mais curta a nossa vida».

Quero mesmo apostar que esta mulher, que prefere o diálogo com todos ao anátema com alguns, será mesmo imparcial e isenta na tarefa que lhe caberá no próximo acto eleitoral.

* Sacerdote católico; jornalista do «Jornal de Notícias»; vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas.

Fundação Cuidar o Futuro

Esta é, pois, a política da Igreja. Alguns dos seus objectivos são, por vezes, coincidentes com equiva que emuntem pretendem alcançar certos pontos, como agora acontece com Maria de Lurdes Pintasilgo. Seria a causa de admiração, seria para ela de condutas e dirigente da Igreja? Seria isto motivo para se acuar a Igreja de compromisso com qualquer corrente política?

O que é, o que deve ser, é motivo de esperança para o povo português, pois se efectivamente forem postos em prática os liberais cristãos que se apregham é certo que se iniciou o caminho da recuperação e nos vamos aproximando de uma vida melhor para Portugal.

HÁNDL DE OLIVEIRA

5 Agosto, 1979

TEMPO

D. ANTONIO RIBEIRO

Uma figura em foco é, sem dúvida, o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro — a primeira figura da hierarquia da Igreja portuguesa, por nos últimos tempos ter recebido em audiência, a 2 de Setembro, Maria de Lurdes Pintasilgo, dias antes de ser anunciada a sua indicação para Primeiro-Ministro do V Governo, e na passada sexta-feira os três líderes da Aliança Democrática: Sá Carneiro (PSD), Freitas do Amaral (CDS) e Ribeiro Teles (PPM).

Estas audiências têm provocado polémicas comentadas, cada qual procurando interpretar de acordo com a sua ideologia o significado das visitas. Propositadamente ou não, esquece-se que D. António Ribeiro, desde a revolução do «25 de Abril», vem recebendo todos os chefes políticos portugueses que o procuram: desde Vasco Gonçalves, a Pinheiro de Azevedo, a Mário Soares, todos na sua qualidade de Primeiro-Ministro, além de outros líderes políticos. Até Álvaro Cunhal tentou ser recebido, mas apenas conseguiu ser atendido por um secretário do Cardeal.

Assiste-se novamente a uma tentativa de pressão de certas forças para comprometerem a Igreja em determinadas questões políticas. O fenómeno é bem conhecido do Patriarca de Lisboa, pois a ele tem estado sujeito durante os oito anos que está investido daquele cargo — completou-os em Maio passado. Mas, conforme salientava o jornalista prelado, numa nota a propósito de última campanha eleitoral, «a Igreja não tem partido seu, nem deseja tê-lo. Conforme várias vezes declarou o episcopado português, nenhum agrupamento político se pode legitimamente considerar privilegiado em relação à Igreja».

Evocando Paulo VI na mensagem quaresmal da 196, D. António Ribeiro, apelou para a «vigilância de um grande movimento de recuperação nacional», convidando os cristãos e todos os homens de base-volante a serem artífices da nova «civilização do amor».

«Só o amor — diz D. António — é capaz de construir um mundo novo e meditar humana».

Captar católicos

A querela do marxismo está novamente a ser agitada em termos que não ajudam a esclarecer muitas consciências, nem clarificam um debate que devia ser isento, objectivo e

sereno. O problema, porém, põe-se agora numa óptica diferente, uma vez que as condições conjunturais conheceram uma certa inversão, que

facilita especulações demagógicas e dá livre curso a atitudes que causam a maior perplexidade entre os católicos.

Círculos católicos consideram que, efectivamente a questão está a ser empolada de forma a confundir a cristandade, afirmando ser pouco honesto o movimento que ultimamente se desenhou com vista a procurar provar-se que o marxismo é compatível com o cristianismo. Não deixam, contudo, de acentuar que ninguém quer fazer qualquer cruzada contra o marxismo, mas também recusam que se façam cruzadas contra os católicos ou que ofendam as suas consciências.

É dentro desse contexto que se assiste a uma subtil ofensiva do Partido Comunista, visando não só conquistar a simpatia dos católicos, como recolher votos entre os fiéis da Igreja. A tática de Alvaro Cunhal tem, surpreendentemente, obtido um ou outro êxito, sobretudo devido a infiltrações que aquela organização partidária tem conseguido a custa de um tempo, de dinheiro e Estado, com

a nomeação de professores, empregados bancários, regentes agrícolas e outros funcionários públicos, particularmente em zonas tradicionalmente católicas, como o Minho e Trás-os-Montes.

Para culminar essa operação, o PC vai trazer agora a Portugal, não Ponomarev, cujas anteriores visitas não

proporcionaram os resultados que o partido esperava, mas uma figura capaz de poder dar aval à nova estratégia do dr. Cunhal. Enrico Berlinguer, o secretário-geral do PCI, que goza de uma imagem muito democrática, pela política de conciliação e de afastamento em relação a Moscovo. No entanto, há muitos portugueses que pensam, com evidente razão, que caso o PC tivesse em Portugal, em lugar de Alvaro Cunhal, um Enrico Berlinguer, a situação seria indiscutivelmente bem diferente.

É indiscutível que o PCI tem nos últimos vinte e cinco anos cumprido as regras democráticas, o que lhe fez aumentar consideravelmente o seu eleitorado, a ponto de ter ultrapassado os 30 por cento, benefício esse que tomou o Partido Socialista Italiano numa força com pouca representatividade. A lenta reaproximação com o Kremlin já fez, porém, o partido de Berlinguer perder consideravelmente votos nas recentes eleições legislativas, por muitos italianos recusarem que o partido possa eventualmente não respeitar os princípios da democracia uma vez chegado ao poder.

Tam, assim, um significado muito importante a visita que Enrico Berlinguer fará brevemente a Portugal, a convite de Alvaro Cunhal. Objectivo fundamental, segundo se observa-

dores e fontes autorizadas, é o de dar «cobertura» ao PC no tocante à respectiva tática retaliativamente à captação dos católicos. Berlinguer irá, assim, tentar «humanizar» a imagem que os comunistas hoje têm em Portugal, ao apontar o exemplo do PCI, que até levou para o Parlamento «intelectuais católicos independentes», com o objectivo de procurar vencer os católicos portugueses de que o marxismo não é um limite inultrapassável. Depois do dr. Cunhal insistir que «há inúmeros católicos filiados no Partido Comunista» chega a vez de se tentar conseguir um grupo de «intelectuais católicos» dispostos a candidatar-se pelo PC à Assembleia e às autarquias...

Convém, todavia, lembrar que a doutrina cristã, como ainda recentemente foi oportunamente lembrado, «manda impedir que a sociedade civil seja dominada por um totalitarismo

destruidor da sociedade cristã, o que muito concretamente significa, nos dias de hoje, que seja soviétizada». De facto, há cerca de três anos, os católicos italianos foram ameaçados de excomunhão caso fizessem parte das listas comunistas. A solução foi apresentá-los como «independentes», com a promessa de que se constituiriam em grupo independente, o que sucedeu, mas dando o seu apoio no Parlamento ao PCI. Nessa altura, o próprio Papa Paulo VI condenou essa inclusão como uma «traição», realfirmado simultaneamente a incompatibilidade entre o cristianismo e o marxismo.

Durante muito tempo a Igreja distanciou-se, pelo silêncio, da política, a fim de «poupar» os católicos a crises de consciência. Isso foi aproveitado, no caso da Itália, para Berlinguer lançar a ideia do «compromisso histórico», como proposta de «grande reconciliação», e num país eminentemente católico mais de 30 por cento da população acabou por votar no comunismo. Em 1976, os bispos italianos proclamaram que «não se pode ser, ao mesmo tempo, cristão e marxista», já que «o marxismo é uma nova forma de escravatura». E foi mesmo lembrado que existia um decreto do Santo Ofício, datado de 1949, que visa os católicos que aderem ao marxismo.

O «carácter inconciliável, em teoria e na prática, do cristianismo e do comunismo ateu» tem sido recordado nos últimos anos, com ênfase, pela hierarquia da Igreja, que considera impossível conciliar a «profissão de fé cristã com a adesão, cumplicidade ou apoio a um autêntico movimento marxista». O Papa Paulo VI, pouco tempo antes de falecer, chegou mesmo a reafirmar: «Não é possível aderir a uma expressão política que, por motivos ideológicos e experiência histórica, é radicalmente contrária à nossa concepção religiosa da vida». Concretamente, a doutrina da Igreja manda votar, condena o abstencionismo, mas aconselha o tomar uma opção entre as correntes, partidos e homens que servem a defesa das liberdades, em especial a cristã, e, portanto, a rejeitar as que ameaçam essas liberdades e, particularmente, a religiosa.

Tempo

15. Agosto. 1979



Fundação Cuidar o Futuro

a Rua

16 AGO.79

O SILÊNCIO CÚMPLICE DOS SRS. BISPOS

O catolicismo da Primeiro-Ministro continua a dar que falar:— apesar da Rádio Renascença ter afirmado que não basta ser católico para ser competente e que este V Governo Constitucional não é mandatado pela hierarquia católica, os apoiantes “progressistas” da eng.^a Pintasilgo não param de cantar hosanas à pureza religiosa da antiga procuradeira corporativa de Marcello Caetano.

Sob este aspecto são particularmente significativos os boatos postos a correr pela esquerda, dando-nos con-

ta de que todas as semanas a Primeiro-Ministro se reúne em longas conversas com o Cardeal Patriarca de Lisboa; que o Papa, ansioso, aguarda no seu palácio do Vaticano a visita da Chefe do Governo português — e, ainda, que no dia 13 de Outubro, com grande alarde propagandístico a sra. eng.^a iria a Fátima em romagem votiva e a pé.

Temos um governo católico; o que se pretende fundamental é a tese de que não é bom católico quem não apoiar o V Governo. O silêncio cúmplice dos srs.

Bispos fortifica a defesa da tese; desarmam-se os promotores da nova onda anti-gonçalvista; compromete-se a hierarquia católica com o sistema e com a ruína da Pátria.

No momento em que uma nova-direita esotérica defende projectos político-religiosos caracterizadamente da esquerda; não se pode dizer que a operação Pintasilgo não seja muito oportuna:— é a primeira vez na Europa que o progressismo católico chega ao poder; a direita é vencida no seu próprio terreno.

Mesquita, Sousa Tavares e Louro não serão "mexidos" mas RDP talvez seja

MÁRIO Mesquita e Sousa Tavares, os dois directores de Imprensa estatizada que vêm sendo contestados pelos círculos do PS e do PCP, continuarão à frente dos jornais que dirigem, respectivamente "Diário de Notícias" e "A Capital", disse ao EXPRESSO fonte próxima dos órgãos de decisão. Nestes mesmos centros de decisão sublinharam-nos a isenção de Mário Mesquita e mostraram-se esperançados em que Sousa Tavares inverta a tendência para fazer de "A Capital", em determinadas ocasiões, "uma sua quinta particular". A referência "quinta particular" diz respeito apenas, na palavra dos nossos interlocutores, aos editoriais que tornaram conhecido e polémico, nos ambientes jornalísticos, o dr. Sousa Tavares, sabido como é que o corpo do jornal está, sobretudo confiado ao director-adjunto, Rodolfo Iriarte. Também Soares Louro continuará a presidir aos destinos da Comissão Administrativa para a RTP, funcionando como "pivot" de uma equipa que poderá ser modificada, mas de acordo, conforme nos foi sublinhado, com as sugestões apresentadas pela mesma RTP.

Polémica na RDP

Entretanto, a RDP, onde seguramente haverá mexidas, está no centro de uma acesa polémica que se prende com o desejo que as diversas formações políticas nutrem pelo seu controlo e também com a empresa em situação económico-financeira alarmante. De acordo com um relatório elaborado

pela Comissão Administrativa, relatório que se integra nessa polémica como uma das peças mais importantes. Foi previsto em Fevereiro, para 1979 "um défice de exploração de 650 mil contos, um défice de tesouraria de 1 milhão e 200 mil contos e um défice de gestão financeira de 2 milhões e 500 mil contos".

Este relatório traz a data de 27 de Julho de 1979 e vem assinado pela Comissão Administrativa de que fazem parte Humberto Lopes, Rui Ressurreição, Luís Sampayo e António M. Aguiar.

Acusações

O relatório em causa é um repositório de acusações que no geral visam as administrações anteriores e atingem, igualmente, embora nele não seja mencionado, o actual ministro da Comunicação Social, major João Figueiredo que cessou as actividades de presidente para a Comissão Administrativa da RDP, quando foi exonerado Mário Soares, sendo João Gomes, na altura, o titular da pasta da Comunicação Social, a quem sucederia, com Nobre da Costa, o próprio João Figueiredo.

O relatório começa por se referir à situação encontrada, escrevendo, nomeadamente:

"Em Fevereiro deste ano, um mês após a nossa tomada de posse, apresentámos ao Governo e aos órgãos da comunicação social um primeiro relatório sobre a situação da RDP".

Todos os sectores da empresa necessitavam de urgente reestruturação que definisse funções e

objectivos. As contas de 77 e 78 não estavam elaboradas. Não havia plano, nem controlo orçamentais. Não existia qualquer projecto de viabilização e saneamento económico-financeiro. A RDP não dispunha (nem dispõe ainda) de receitas que a tornassem minimamente auto-suficiente. A empresa vivia (e vive ainda) de subsídios do Governo e de empréstimos, consumidos integralmente em salários e gastos de exploração. Estes meios financeiros têm sido obtidos mês a mês, sem qualquer garantia antecipada de pagamento de salários. Os credores, vendo sistematicamente protelados os pagamentos a que tinham direito, cortavam à RDP os seus fornecimentos. A RDP estava entregue a uma asfuziante rotina burocrática."

Ainda segundo o mesmo relatório, "do ponto de vista técnico a RDP encontrava-se à beira do colapso"... "a actividade radiofónica sofria dos mesmos males, não estando definida uma política de programas" ...

Independência

Do longo relatório, em que se diz que a Comissão Administrativa está pronta a provar tudo o que afirma, resulta a convicção da mesma em lutar pela independência da RDP no capítulo da informação, para o que procedeu a substituições neste domínio profissional. Colocou-se à disposição de uma equipa de esquerda nos canais da informação que agredia, segundo diz, os ouvintes, o que, entre outras

causas provocou uma assustadora baixa nas audições em proveito da Rádio Renascença.

"A minha resposta para já é entregar o relatório para sindicância"

Entretanto, o EXPRESSO pergunta ao ministro João Figueiredo qual a sua resposta ao relatório que vimos mencionando. João Figueiredo disse-nos que não tinha conhecimento oficial do mesmo, embora tivesse a idêntica do seu conteúdo. Aliás já vários órgãos de Informação a ele se referiram, sendo natural que também tenha chegado às mãos do ministro. Por outro lado, para João Figueiredo, segundo nos disse, um comentário ao relatório, nestas circunstâncias seria por demais delicado, dado que agora é ele o ministro e o Programa do Governo só vai ser apresentado na segunda-feira.

Entretanto, salientou-nos que os critérios que vão orientar a sua acção terão como base a seriedade e isenção das pessoas que devem ser colocadas nos sectores da informação, recusando pautar-se por critérios partidários.

Entretanto João Figueiredo está convencido que o relatório contém algumas verdades, algumas inverdades e sobretudo muitos silêncios que impedem uma visão correcta de todo o problema. Problema que, aliás, já vem de longe, disse-nos João Figueiredo.

Fundação Cuidar o Futuro

9 DE AGOSTO DE 1979

AGENDA SOCIALISTA



O «CRÉDITO»
O MAJOR
E O TESTE

Sob o ponto de vista da imparcialidade e isenção exigíveis dum Governo dito aparlidário que se prepara para presidir a eleições legislativas dentro de poucas semanas, não se pode infelizmente dizer que o «crédito de confiança» solicitado pela

Senhora Primeiro-Ministro, no seu discurso de posse, esteja a ser adequadamente utilizado pelo Senhor Ministro da Comunicação Social.

Duma essentada, e sem mesmo voltar a aquecer o lugar, o Senhor Major João Figueiredo já pôs «no olho da rua» dois altos funcionários do «seu» Ministério — nada menos do que o Secretário-Geral e o Director-Geral da Informação — logo por coincidência ambos militantes do PS!!!

Porque duma coincidência se trata com certeza! Bons, ingénuos, altruístas e ecuménicos que somos, não acreditamos que se trate de outra coisa. Mesmo sabendo que o Senhor Major João Figueiredo é, claramente, um «homem do Presidente». Mesmo lembrados de qual foi a sua atuação como Secretário de Estado da Comunicação Social do Governo Nobre da Costa. Mesmo cientes de que este Senhor Major nunca morrou de amores pelo PS, e também — façase-lhe essa justiça — nunca fez questão em escondê-lo!

Mas não há-de ser nada — como se diz na tropa! Aqui no PS somos todos boa rapaziada, de barba rija e cara lavada sempre pronta a apenhar os bofetões necessários à boa marcha dos negócios públicos. Como bons cristãos que somos, até estamos já a pôr a outra face a jeito para levar com a próxima bordoadada. A conta do «crédito de confiança», já se vê! Porque sem crédito, nada feito!

Fomos mesmo muito injustos quando afirmámos que a política de comunicação social seria o teste para aferir da imparcialidade e isenção do Governo Pintasilgo. Porque — «est modus in rebus» — a verdade é que não se pode exigir do Major Figueiredo que seja um «barra» a preencher testes!

O importante é que seja tudo ao bem da Nação — como se dizia antigamente! Ou que seja tudo «pelos alminhas» — como parece mais apropriado dizeres, nos tempos que correm!

Bico Peixe



A F. L. A. DIZ QUE VAI PROVOCAR UMA DESESTABILIZAÇÃO POLÍTICA NOS AÇORES

FONTE DELGADA, B — O movimento separatista açoriano F. L. A. vai provocar, em breve, «uma desestabilização política nas instituições portuguesas nos Açores», a fim de denunciar, perante o mundo, a «indole colonialista e totalitária» do Governo da República — afirmou aos jornalista José de Almeida.

No entanto, o líder desta organização não legalizada não exemplificou como e quando vai ser provocada esta desestabilização, limitando-se a declarar que a F. L. A. «não tomará atitudes de violência na luta que vai iniciar».

Numa conferência de imprensa destinada a divulgar a posição deste movimento separatista, perante o cancelamento da visita aos Açores do congressista norte-americano Edward Board, foi afirmado que o Governo português, ao «impedir esta visita, mos-

trou ao mundo livre que não há liberdade nos Açores».

Num comunicado distribuído na ocasião afirma-se, ainda, que «a soberania portuguesa é mantida nos Açores pela força das armas».

José de Almeida anunciou que parte hoje à noite para uma visita de contactos políticos em França, Holanda e Suíça, deslocando-se também à Califórnia, de 13 a 21 de Setembro próximo.

O líder da F. L. A. afirmou ainda que o movimento separatista tem presentemente cerca de 4700 filiados. — (Anop)

PRÓTESTOS DO P. C. P.

A atitude passiva do Governo Regional de Mota Amaral/P. P. D., perante a projectada visita de um congressista norte-americano aos Açores, a convite de uma organização separatista fascista, é demonstrativa — à semelhança de outras iniciativas idênticas já realizadas na Região Autónoma dos Açores — de que o Governo Regional/P. P. D./P. S. D. entende por «autonomia sem limites». — diz, por seu turno, um comunicado, ontem tornado público, pela S. I. P. da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do P. C. P., o qual acrescenta:

«A autonomia preconizada por Mota Amaral tem-se traduzido por uma política de centralização de todos os poderes no Governo Regional, por uma prática de completa dependência do imperialismo e tem vindo, persistentemente,

Referre-se, depois, à citada conferência de imprensa da F. L. A., salientando que, «sobre esta actividade, mais uma vez o Governo Mota Amaral não se pronunciou», e, chamando a «atenção dos órgãos de soberania para a necessidade urgente de se pôr cobro a tais actividades lesivas da integridade da Nação Portuguesa», adverte:

«A unidade da todos os que pretendem efectivamente a

consolidação da democracia portuguesa e uma verdadeira autonomia para os Açores é fundamental para a defesa da integridade nacional.

Certos de interpretar os desejos das populações dos Açores, os comunistas tudo farão para, em unidade com os socialistas e todos os outros democratas, dar combate à actividade dos separatistas e impedir que os seus sinistros planos se concretizem.»

Fundação Cuidar o Futuro

Um dos informadores militares que prestaram estes esclarecimentos ao nosso jornal afirmou, ainda, serem desituidas de fundamento as acusações que estão a ser feitas ao general Ramalho Eanes, no que se julga devido às referências da Pínture de Azevedo no «25 de Novembro sem máscara», segundo as quais estava informado nos acontecimentos do «11 de Março». Chamado a atenção para o inquérito que a actual figura líbia Eanes, esse informador adiantou ser falso que o actual Presidente da República tivesse participado, na noite de 10 para 11 de Março de 1975, numa reunião em casa de um camarada de armas e a qual teriam comparado mais outros dois oficiais.

Por outro lado, o espírito da lei está já a ser aplicado em relação a queixas apresentadas, na Polícia Judiciária Militar, por vítimas do «PREC», designadamente pessoas que foram perseguidas, presas e contrariadas pelo COFCON e outros serviços de segurança do «gongalinho». Assim, conhecem-se já casos em que os serviços do Conselho da Ravoação comunicaram aos ofendidos terem os respectivos processos sido arquivados, alegando haver «falta de provas», apesar de as queixas serem, de um modo geral, identificadas os responsáveis pelas arbitrariedades praticadas pelos «gongalistas», as quais ficaram desse modo impunes.

O Estado-Maior das Forças Armadas esclareceu, entretanto, que a sua posição se mantém idêntica à expressa no veto do Chefe do Estado, uma vez que a lei «foi aprovada sem qualquer alteração». Por isso, em «coerência com a atitude assumida», consideram-se que a «confirmação integral da lei é negativa para a plena normalização democrática e para a estabilidade do processo de integração da instituição militar no sistema de democracia política». Sabe-se, além disso, que a emenda em vigor da lei não impedirá a continuação da execução do Decreto-Lei 202/78, proporcionando assim uma ampla actuação na área disciplinar, enquanto prosseguir, sem qualquer alteração, os trabalhos dos Conselhos Superiores de Disciplina.

Uma fonte contactada pelo «Tempo» afirmou que, efectivamente, nos sectores militares havia o convencimento de que o Presidente da República não se mostrava inclinado a promulgar a lei — e daí o seu veto de Abril —, dado que tem sido inatenuante de senor dos julgamentos, aliás para satisfazer o compromisso que assumiu perante o seu eleitorado e o País. No entanto, como é um legalista, profundamente respeitador dos princípios democráticos e das normas constitucionais, não pode agora recusar a promulgação da lei, até porque no ordenamento jurídico português não existe a figura do «veto de bolso». Nesse contexto, o Estado-Maior do Exército, por exemplo, já mandou circular pelas unidades uma «mensagem» a delimitar que se misturizam os efeitos do decreto e que haja um rigoroso cumprimento disciplinar.

Aplicação do espírito da lei da amnistia



a pôr em causa a unidade nacional do território português.

A falta de medidas ou a cobertura que este Governo Regional dá aos actos provocatórios desencadeados pela organização terrorista-separatista em actividade na região não acabaram aqui.»

Contará con el apoyo comunista en el Parlamento

Se hace pública la composición del nuevo Gabinete portugués

AGENCIAS Lisboa

Los servicios de asesoría de la primera ministra portuguesa, María Lurdes Pintassilgo, han confirmado como oficial la lista del nuevo Gobierno que ayer adelantara el representante del partido Unión Democrática Popular (UDP), José Guerreiro.

El quinto Gobierno constitucional portugués, que tendrá una duración limitada, hasta la celebración de elecciones intercaladas, quedará formado así: primera ministra, María de Lurdes Pintassilgo; secretario de Estado adjunto al primer ministro: Teresa Santa Clara Gomes; ministro de Defensa, coronel Loureiro dos Santos; Negocios Extranjeros, Freitas Cruz; Justicia, Pedro Macedo; Finanzas, Antonio Sousa Franco; Industria, Marques Videira; Agricultura y Pesca, Joaquim Lourenço; Trabajo, Sa Borges; Comercio y Turismo, Acacio Pereira Magro; Transportes y Comunicaciones, Monteiro da Silva; Obras Públicas, Mario de Aguiar; Asesoría, coronel mayor João Figueiredo; ministro adjunto para Administración Interna, coronel Costa Bras; Coordinación Económica y Plan Económico, Correia Gago; Coordinación Social, Alfredo Bruto da Costa; Coordinación Cultural y Ministerio de Cultura y Ciencias, Aderito Sedas Nunes.

Apoyo de la izquierda

El Gobierno de María Lurdes Pintassilgo contará con el respaldo parlamentario de la izquierda y, por consiguiente, con la mayoría suficiente que le permita pasar la votación de confianza de la Asamblea portuguesa.

El secretario general del Partido Comunista (PCP), Alvaro Cunhal, defendió el domingo por la noche, en un mitin, a la nueva primera ministra, en lo que se interpretó como un anuncio del voto favorable de su partido en la Asamblea de la República.

Los comunistas habían mantenido hasta ahora una actitud reservada de cara a María Lurdes Pintassilgo. El PCP no tenía intención de pronunciarse públicamente antes de conocer la composición y el programa del

nuevo Gobierno. Pero, ante los constantes ataques de los partidos que integran la Alianza Democrática portuguesa contra la nueva jefa de Gobierno, Alvaro Cunhal reaccionó en la noche del domingo calificándolos de «indignantes y sin escrúpulos».

La semana pasada el secretario general del Partido Socialista, Mario Soares, anunció el respaldo parlamentario de su partido al nuevo Gobierno, cuya misión consistirá en preparar las elecciones generales del próximo otoño.

Asegurado del respaldo de la totalidad de la izquierda, el Gobierno de María Lurdes Pintassilgo obtendrá la mayoría absoluta cuando se presente ante la Asamblea de la República.

"Filtraciones" socialistas

Mario Soares fue recibido ayer por María Lurdes Pintassilgo y poco después se sabía de fuentes oficiales que el teniente coronel Costa Bras, hombre vinculado al Partido Socialista portugués, sería el nuevo ministro del Interior, «Administración Interna», en la terminología oficial lisboeta.

Las filtraciones de ayer por la tarde sobre la composición del nuevo Gabinete ya sugerían que el presidente Ramalho Eanes ha impuesto a personas que, en general, gozan de su confianza. Dos de los miembros del nuevo ejecutivo ya pertenecían al Gobierno anterior. Se trata de Loureiro dos Santos, Defensa, y Freitas Cruz, Asuntos Exteriores.

Los ministros de Finanzas, Industria y Tecnología, Transportes, Comercio y Trabajo, de todos los cuales se había anticipado el nombre a media tarde del lunes, no conciben finalmente con la lista hecha pública casi a medianoche por el Gabinete de la señora Pintassilgo.


Fundação Cultural o Futuro



PORTUGAL

Les énigmes du général Eanes

Le gouvernement que vient de former pour quatre mois, Maria de Lurdes Pintassilgo, démontre que le chef de l'Etat portugais ne s'oppose pas à un retour de la gauche.

 Le général Eanes n'a pas fini de dérouter les observateurs de la politique portugaise. Esprit machiavélique pour les uns, homme versatile pour les autres, cet ancien expert de la guerre psychologique en Afrique se débat avec obstination pour sortir le Portugal des méandres d'une situation périlleuse.

A sa décharge, il faut souligner que son élection, en juin 1976, à la présidence de la République, portait, déjà, le sceau de la confusion politique. Le général Eanes, cerveau du coup de force militaire du 25 novembre 1975 contre l'extrême-gauche, a été désigné candidat au fauteuil présidentiel par une des fractions de gauche du MFA, le groupe des Neuf, animée par le major Melo Antunes. Sur le plan politique, cette candidature a été appuyée par une coalition hétéroclite rassemblant : les socialistes de Mario Soares, les sociaux démocrates de Sá Carneiro et les démocrate-chrétiens de Freitas do Amaral. Un tel compromis devait avoir une conséquence majeure : s'il évitait, à court terme un affrontement sanglant au sein des forces armées divisées, sur le plan politique, il remettait en selle les forces de droite, quelque peu secouées par la « révolution des œillets ».

Au plan militaire, il faut dire clairement que le général Eanes a trahi ses amis du groupe des Neuf, pourtant majoritaires au sein du Conseil de la Révolution et disposant de réels soutiens dans les casernes. C'est dire qu'une autre politique militaire était envisageable — malgré les pressions de l'OTAN — que celle des procès factices, des mises à la retraite anticipées et des

expulsions pour certains militaires ayant participé activement à la révolution. Et, non content de promouvoir dans les états-majors les soudards de l'ancien régime, le général Eanes s'est opposé à la publication d'une loi d'amnistie se rapportant aux événements des 11 mars et 25 novembre 1975. Le parlement, grâce à une majorité de gauche miraculeusement « retrouvée » a pu finalement s'opposer, le 2 juillet dernier, au veto du chef de l'Etat.

Au plan politique, le général Eanes n'a, guère, pu échapper à l'attraction des partis. Toutes les combinaisons échafaudées pour mettre sur pied un gouvernement de « techniciens », appuyé à l'assemblée de la République par sa majorité présidentielle, ont échoué. Le chef de l'Etat s'est heurté à deux obstacles majeurs.

Une nouvelle gauche socialiste ?

Depuis le triomphe de la « révolution des œillets », le Portugal est doté d'une Constitution socialiste. Celle-ci détermine des choix socio-économiques qui sont, à l'évidence, à l'opposé des discours tenus par les dirigeants du PSD ou du CDS. Cela signifie que le général Eanes ne pouvait compter que sur une des trois composantes de sa majorité, le parti socialiste (appuyé par le parti communiste au parlement), pour s'opposer à une révision anticipée de la Constitution, qui aurait fait figure de coup d'Etat, aux yeux des démocrates.

La faiblesse idéologique du parti socialiste, composite, artificiellement gonflé par les résultats de deux élections législatives, a anéanti tous les espoirs et facilité le grignotage constitutionnel. Si le dialogue avec un parti communiste dogmatique n'est pas facile, Mario Soares et ses amis ne feront pas croire aux hommes de gauche que la défense des libertés se marchande à coups de compromis et de pactes avec la droite !

La nomination, le 19 juillet, de Maria de Lurdes Pintassilgo au poste de premier ministre d'un gouvernement de « gestion », qui vient d'être formé (mais qui ne durera que quatre mois), démontre cependant que le général Eanes ne s'est jamais farouchement opposé à un gouvernement de gauche. Mais faute d'une majorité parlementaire, et devant les attermolements d'un PS en quête, une nouvelle fois, d'hypothétiques accords avec la droite, le chef de l'Etat s'est résolu à dissoudre l'assemblée de la République. En novembre prochain, des élections législatives anticipées auront donc lieu qui peuvent sonner le glas des ambitions de Mario Soares et, sait-on jamais, favoriser l'émergence d'une nouvelle gauche socialiste dont Maria Pintassilgo est la légitime représentante.

Alain ECHEGUT



es decir, que pudiera representar después una opción electoral mediante una alianza con los socialistas de Mario Soares. Si pasa la prueba del Parlamento, será gracias a los socialistas y a los comunistas; pero no es seguro que la pase.

Hay más seguridad para el democristiano Cossiga en Italia, y necesitará también el apoyo — la abstención en el voto de investidura equivale a un apoyo — de los socialistas, y tal vez de los comunistas, entre los cuales tiene buenos antecedentes (su primo hermano de Berlinguer) y con los que tuvo diálogos dramáticos, pero acordes, en un momento especialmente duro de su carrera; siendo ministro del Interior sucedió el secuestro y asesinato de Moro, su jefe y amigo íntimo; a él fueron dirigidas las cartas del detenido, suplicándole que accediera a las solicitudes de sus secuestradores, y él fue quien principalmente se negó a toda negociación. Con un Gobierno formado por miembros de su propio partido, por liberales, por socialdemócratas, Cossiga pretende cubrir la «tregua»: el tiempo necesario hasta que la DC celebre su congreso — está previsto para diciembre —, y en él se definirán las líneas principales de su política, que le permitirán — si lo consigue — ofrecer una opción coherente de Gobierno.

Ciertas similitudes aparecen, por tanto, en las formas políticas de Portugal y de Italia. En primer lugar, los Gobiernos formados ofrecen salidas, no soluciones; en segundo lugar, tienen por delante un período limitado de tiempo, en el que tratarán de poner en orden los asuntos del país, para dejar paso a posibles soluciones más estables, que en ninguno de los dos casos se ven con facilidad. Los dos Gobiernos están presididos por católicos militantes, que han tratado siempre de unar política y religión; los dos tienen una inclinación hacia la izquierda de sus electores, y los dos tienen sus posibilidades principales en el apoyo — o la no oposición — de la izquierda. Un eco lejano de todo ello podría buscarse hasta en España, donde todavía el presidente Suárez vive del crédito del «consenso», representa una izquierda dentro de la derecha y busca y encuentra un apoyo considerable dentro de la Iglesia.

Más allá de todo esto, las diferencias entre países son abismales; los índices económicos, los problemas sociales, los intrínsecos de cada país, dibujan para cada uno de ellos una anécdota especial. Pero, con una perspectiva de gran distancia, se ve un fenómeno conjunto que atañe al sur de Europa. Un Sur más pobre que el centro y que el Norte, menos regido por la riqueza industrial, con años de fascismo en su pasado, con una fuerte penetración religiosa y con ciudadanos poco curtos en la educación política está sufriendo simultáneamente la crisis económica del mundo occidental con mucho más fuerza que los demás; tiene bloqueadas las salidas de la izquierda, está asistiendo al renacimiento de una extrema derecha — en Portugal acaba de ser legalizado el partido fascista de Kaulza de Arriaga — y a un fuerte movimiento conservador de las clases medias, que se defienden de ser desclasadas, mientras crece el paro y la presión de las clases no privilegiadas. Sin duda, todo ello merece una reflexión por parte española. No será inútil.

Portugal e Italia: "Gobiernos de tregua" en el sur de Europa

EN PORTUGAL, como en Italia, parecen ya posibles los Gobiernos provisionales: «Gobiernos de tregua», según la expresión italiana. María Lurdes Pintassilgo, con su catolicismo social, tranquiliza a los izquierdistas, desazona al centro-derecha, que teme que no sea todo lo «neutral» que ella desea, y que incluso pudiera durar más de los cien días asignados para que se celebren las elecciones;

Fundação Cuidar o Futuro



Le Matin

8/8/79

Portugal : la gauche populiste relève la tête

Le gouvernement de Maria de Lurdes Pintasilgo se présente lundi devant l'Assemblée. Il a déjà réveillé les nostalgiques de la révolution de 1974

Le premier ministre portugais, Maria de Lurdes Pintasilgo, a complété hier son gouvernement en nommant vingt-six secrétaires et sous-secrétaires d'Etat. Elle présente son équipe et son programme lundi devant le Parlement. Tout laisse à penser que ce gouvernement est fait pour barrer la route à la droite aux élections de cet automne. Mais pour faire place à quelle majorité ? Personne ne le sait encore.

Le premier ministre portugais, Maria de Lurdes Pintasilgo, a complété hier son gouvernement en nommant vingt-six secrétaires et sous-secrétaires d'Etat. Elle présente son équipe et son programme lundi devant le Parlement. Tout laisse à penser que ce gouvernement est fait pour barrer la route à la droite aux élections de cet automne. Mais pour faire place à quelle majorité ? Personne ne le sait encore.

Mais ce qui est plus nouveau, c'est le regain d'espoir qu'a fait naître la nomination de Maria de Lurdes Pintasilgo dans tous les milieux qui avaient applaudi à la révolution d'avril 1974, tout en ayant plus tard déploré les excès. Il a suffi que le premier ministre parle à nouveau de « peuple », de « espérances populaires », que son ministre des Affaires sociales veuille « rendre la parole à ceux qui ne l'ont pas » pour que l'extrême-gauche, une partie de l'intelligentsia et tous ceux qui avaient grossi les organisations populistes en 1975 reprennent courage et audace. Les féministes participent elles aussi à ce qui ressemble de plus en plus à un retournement de situation. L'écrivain Maria Velha da Costa, l'un des trois auteurs des *Nouvelles Lettres de la religion portugaise*, rend même hommage au premier ministre dans un article intitulé : « Simplement, Maria », où Maria de Lurdes Pintasilgo acquiert les traits d'une bonne mère généreuse.

L'erreur des révolutionnaires de 1974 avait été de ne pas s'être conciliés l'Eglise. Voilà qui est réparé. Maria de Lurdes Pintasilgo entend se rendre en octobre à l'ONU, pour y rencontrer le pape et ravir ainsi aux partis social-démocrate et centriste le bénéfice des faveurs du clergé. S'il devait se réaliser, ce projet ne manquera pas d'influencer le cours des élections. On se bousculait, il y a quatre ans, dans les bureaux des états-majors militaires pour y faire entendre sa cause et mendier un soutien. C'est devant la porte du patriarcat de Lisbonne que l'on fait aujourd'hui la queue. Le parti communiste, qui n'a d'ennemi que le bourgeois, est le dernier à s'en plaindre.

L'erreur des révolutionnaires de 1974 avait été de ne pas s'être conciliés l'Eglise. Voilà qui est réparé. Maria de Lurdes Pintasilgo entend se rendre en octobre à l'ONU, pour y rencontrer le pape et ravir ainsi aux partis social-démocrate et centriste le bénéfice des faveurs du clergé. S'il devait se réaliser, ce projet ne manquera pas d'influencer le cours des élections. On se bousculait, il y a quatre ans, dans les bureaux des états-majors militaires pour y faire entendre sa cause et mendier un soutien. C'est devant la porte du patriarcat de Lisbonne que l'on fait aujourd'hui la queue. Le parti communiste, qui n'a d'ennemi que le bourgeois, est le dernier à s'en plaindre.

L'erreur des révolutionnaires de 1974 avait été de ne pas s'être conciliés l'Eglise. Voilà qui est réparé. Maria de Lurdes Pintasilgo entend se rendre en octobre à l'ONU, pour y rencontrer le pape et ravir ainsi aux partis social-démocrate et centriste le bénéfice des faveurs du clergé. S'il devait se réaliser, ce projet ne manquera pas d'influencer le cours des élections. On se bousculait, il y a quatre ans, dans les bureaux des états-majors militaires pour y faire entendre sa cause et mendier un soutien. C'est devant la porte du patriarcat de Lisbonne que l'on fait aujourd'hui la queue. Le parti communiste, qui n'a d'ennemi que le bourgeois, est le dernier à s'en plaindre.

Joëlle Kuntz

A trois jours du débat parlementaire sur le programme du gouvernement de Maria de Lurdes Pintasilgo, les passions se déchaînent au Portugal. Chacun, dans la classe politique, sent que cette équipe, dominée par des catholiques et un *partido social de Maria*, peut faire basculer à nouveau vers la gauche un pays qui lecait jusqu'ici à glisser vers une social-démocratie droite. Et Maria de Lurdes Pintasilgo, qui avait annoncé que son gouvernement, pour être provisoire, ne serait pas insipide pour autant, promet déjà de laisser les marques de son passage au pouvoir.

Pour une fois, le jeu n'est pas que politique. Certes, il paraît dominé encore par les déclarations des divers partis politiques : le *partido cristão* craint d'être en mauvaise position lors des élections, qui se tiendront vraisemblablement à la fin novembre, redouble d'hostilité à l'égard du premier ministre. Le parti communiste, au contraire, ne tarit pas d'éloges, et le parti socialiste, qui « apprécie la personnalité de Maria de Lurdes Pintasilgo », redoute cependant de faire les frais d'une politique de gauche dont il ne serait plus l'initiateur. Le président de la République, quant à lui, multiplie les consultations et on lui prête l'in-

Fundação Cuidar o Futuro

